

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025

- - Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos, pelas vinte horas e trinta e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos.-----

- - Presentes no início da reunião a Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro**, o Primeiro Secretário, Jorge Manuel Raimundo Ferreira e a Segunda Secretária, Sónia Cristina Ramalho Camilo -----

Presenças: -----

Deputados Municipais -----

- - Sérgio Paulo Hipólito Agostinho -----
- - Célia Catarina Pereira Lavado -----
- - Rita Maria Matias Nunes -----
- - Rui Miguel Tomé Moreira -----
- - Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva -----
- - José António dos Santos Parada -----
- - Pedro Miguel Costa Lourenço -----
- - Raquel Nuncio Fragoso Rodrigues de Carvalho -----
- - Daniel Alexandre Fernandes Dias -----
- - Maria José da Silva Duarte Antunes (em substituição de Luís Miguel Gonçalves Narciso por ter pedido suspensão de mandato até 4 de dezembro de 2026)-----
- - Jorge Fernando Camilo Tenente -----
- - Ana Cristina da Silva Pinto -----
- - Paulo Alexandre Ferreira Pereira -----
- - José Carlos Moreira da Silva (em substituição de Ricardo Jorge Vicente Talixa) -----
- - Teresa Maria Florindo da Silva Lopes -----
- - Maria João Lourenço Tavares -----
- - Miroslava Sciurov -----
- - Matilde Pinto Paulino -----
- - Fábio Miguel Romão Morgado - Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos -----
- - Pedro Miguel Paulino Mateus - Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó -----
- - Maria Ferreira Pereira - Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos -----
- - Catarina Alexandra dos Santos Costa - Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas -----

**Representantes da Câmara Municipal:**-----

- O Presidente - Carlos Manuel Jorge Alves -----
- O Vice-Presidente - Paulo César da Silva Pinto -----
- A Vereadora - Rute Miriam Soares dos Santos -----
- O Vereador - Joaquim Fernando Rodrigues Dinis-----
- A Vereadora - Carla Teresa Munhoz Pinheiro -----
- A Vereadora - Ana Sofia Saraiva Santa Marta-----
- O Vereador - André Filipe Serreira Agostinho-----
- A sessão foi secretariada pela Coordenadora Técnica Ana Isabel Amorim Mendes ---

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

- Desejou uma boa noite a todos, cumprimentou o público, o Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todo o executivo, cumprimentou os colaboradores do município e também os Senhores Deputados. -----

Tomada de posse do Senhor Pedro Miguel Costa Lourenço-----

- Referiu que se iria iniciar a sessão dando posse ao Senhor Pedro Miguel Costa Lourenço, uma vez que não pôde estar presente aquando da tomada de posse no dia trinta e um de outubro, ficando assim a fazer parte da Assembleia Municipal, como Deputado Municipal. -----

Público-----**Intervenção da munícipe Rosa Paula Salema**-----**Cafetaria do Parque Urbano das Rotas**-----

- “Mais uma vez, venho expor o problema que afeta aos moradores das urbanizações do Parque das Rotas. O problema consiste na existência de um espaço propriedade desta autarquia, que foi concebido para albergar uma cafetaria, no entanto, a sociedade a quem a autarquia concessionou o espaço, utiliza-o como bar, promovendo eventos musicais com música ao vivo amplificada no exterior do espaço concessionado. -----
- Esta situação constitui um impacto negativo na vida dos moradores das urbanizações em redor impedindo o seu legítimo direito ao descanso, uma vez que a música ultrapassa largamente os limites legais do ruído, assim como a hora de encerramento ultrapassa as duas da manhã. -----
- É importante sublinhar a distinção entre cafetaria e bar, não é apenas uma questão de semântica, mas jurídica. Cada tipo de estabelecimento tem licenças, deveres e limites diferentes, e o contrato de concessão define exatamente o uso permitido, no entanto, cabe à autarquia a devida fiscalização do espaço, não estando a mesma dependente de qualquer ação das forças de segurança, tendo a autarquia autonomia para fiscalizar e, se for preciso, reduzir horários ou cessar o contrato com concessionado em questão.-----

- - Qualquer alegação sobre a necessidade de intervenção da GNR não se trata de uma real necessidade, mas um mero alibi administrativo, porque não estamos, somente perante um problema de ruído, mas sim, de legalidade administrativa.-----

- - Acresce lembrar que esta mesma sociedade já explorou um espaço idêntico numa urbanização próxima e, nesse caso, os moradores através de reclamações formais, conseguiram que a câmara reduzisse o horário de funcionamento. No mesmo dia em que a redução foi aprovada a câmara concedeu, à mesma sociedade um novo espaço que, no caso concreto é o espaço público do Parque Urbano das Rotas, onde a mesma atividade continuou. Este padrão evidencia um desvio do uso concedido, contornando restrições legais impactante negativamente a fruição pública.-----

- - Posto isto questiono: O contrato de concessão permite a exploração do espaço como bar com música amplificada ao vivo no exterior? Existe licença municipal específica para esta atividade? Foram realizadas ações de fiscalização relativamente ao cumprimento do contrato e ao cumprimento do horário que consta no alvará, e quais as conclusões da mesma?" -----

Estrada Nacional 248 -----

- - “Devido à falta de concretização das obras da Rua do Campo Cumprido, na freguesia de Arranhó, relembro que esta rua vem algures deste Outeiro até à Nacional 248, uma vez não existem quaisquer valetas para escoamento das águas, as mesmas descem a uma velocidade enorme em direção ao talude do proprietário do número vinte e oito, fazendo com que o mesmo se desmorona na Nacional 248. -----

- - Por estes dias, as Infraestruturas de Portugal assumiram a reparação do talude informando os proprietários que iriam fazer o arranjo do talude na zona inferior com enrocamento.-----

- - Contudo, enquanto subsistir a obras na Rua do Campo Cumprido, qualquer intervenção no talude torna-se inútil.” -----

Intervenção do município Adelino Ramos -----

Diversas questões -----

- - Referiu que gostaria que este novo executivo municipal, cumpra o manifesto eleitoral que foi sufragado e aprovado pela maioria dos votantes do Concelho de Arruda dos Vinhos.-----

- - Questionou se a sinalética no concelho poderia ser reforçada, se a limpeza urbana poderia ser reforçada, se se vai continuar a instalação e saneamento básico, e que é preciso melhorar as campanhas de sensibilização para questões ambientais. -----

- - Sobre a zona histórica da vila gostava de ser informado como se encontra situação dos lugares de estacionamento que foram marcados junto ao miradouro na Travessa de Costa do Castelo, bem como o parque no Largo do Terreiro. -----

- - Sobre a questão de mais uma farmácia em Arruda dos Vinhos, pediu à câmara para continuar, junto do Infarmed, a fazer pressão para que este problema seja resolvido. Em dois mil e dezoito escreveu uma carta ao Infarmed para que o informassem quais as condições necessárias para abrir uma nova farmácia, e foi informado de que a abertura do concurso é através por concurso público em que os candidatos têm que cumprir determinados requisitos que são fixados no aviso de abertura. -----

- - Para terminar, questionou se vai ser feita a nova ponte do rio Grande da Pipa que fica na estrada de Porto de Ordem, pois é necessário resolver essa situação para não haver mais acidentes.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Cafetaria do Parque das Rotas -----

- - Referiu que é uma questão que o executivo tem vindo a monitorizar, tem sido alvo de reuniões por parte da Câmara como a entidade que está a explorar o espaço, por diversas vezes também já falou com o Comandante da GNR. -----

- - Percebe quando diz que há uma obrigação de cumprir o horário, mas para a câmara poder fiscalizar tem que haver reclamações formais por parte dos prejudicados, de modo a fazer-se uma intervenção mais robusta e que ponha em causa aquilo que foi o enquadramento da hasta pública para a possibilidade de exploração daquele espaço.-----

- - Em relação à questão da licença, referiu que não há nenhuma licença relativamente à música que seja apresentada em temas de programação por parte do espaço, mas do ponto de vista de enquadramento jurídico o executivo tem alertado essa entidade que, relativamente a algumas situações tem tomando conhecimento, que, por vezes, há situações em que volume dessa programação não está de acordo com aquilo que é aconselhado legalmente. Já houve, tal como disse e muito bem, uma situação em que essa mesma entidade estava noutro espaço e fruto dessas reclamações formais, a câmara pôde ter uma intervenção, o que fez com que tivesse um desfecho que, eventualmente caso seja necessário, também pode ser o mesmo relativamente à aquilo que é um espaço que está a explorar e que é património do município. -----

- - O que pode dizer, é que com o reporte que está a fazer, irá solicitar uma nova reunião com a entidade que está a explorar o espaço, no sentido de prestarem esclarecimentos relativamente à situação que agora reportou, também irá entrar em contacto com a GNR no sentido de perceber se, mais recentemente, houve a apresentação de alguma queixa ou reclamação formal que permita ter uma avaliação mais consequente, relativamente, a uma intervenção mais musculada no sentido de perceber se pode haver ou não a continuidade da atividade naquele espaço. -----

Estrada Nacional 228-2-----



- - Relativamente à questão da Estrada Nacional 228, referiu que a pergunta já comporta grande parte da resposta, porque o que tem sido feito é uma articulação com a IP-Infraestruturas de Portugal, que fez uma intervenção, nomeadamente na recolha de terras e fez também a sinalização no sentido de obviar a situações mais complexas no que diz respeito à fluidez do trânsito naquela zona em segurança. Tudo isto está condicionado também por aquilo que é a água existente nos terrenos e que exige uma compactação que, neste momento, não é possível face a essa quantidade de água que os solos não conseguem absorver na totalidade, mas depois será alvo de uma nova intervenção. -----

- - Respondendo diretamente à questão, referiu que o executivo tem estado a fazer essa articulação com a IP, aquela zona é uma estrada nacional, como sabe, e é da responsabilidade da IP, mas o executivo tem feito essa pressão, eles têm feito as intervenções que são permitidas do ponto de vista das condições climatéricas, o executivo está a monitorizar de forma regular, muito continua e muito constante, a Proteção Civil vai frequentemente ao local para ver a deterioração, ou não, de daquele talude, ou seja, tem-se feito um trabalho em termos de proximidade com o proprietário e também com as Infraestruturas Portugal. -----

Questões do município Adelino Ramos -----

- - Em relação às questões colocadas pelo Senhor Adelino Ramos, referiu que a intenção deste executivo é precisamente aquilo que disse, ou seja, é cumprir o programa eleitoral que foi sufragado e que mereceu a confiança da maioria dos arrudenses. -----

- - Depois, todas as questões que levantou estão referenciadas e plasmadas do ponto de vista Orçamental e das Grandes Opções do Plano, documentos que, ainda hoje, eram ser discutido nesta Assembleia, portanto, se tudo correr dentro daquilo que é a normalidade, o executivo irá cumprir aquilo que está determinado e que foi sufragado do ponto de vista do programa do Partido Socialista para os próximos quatro anos, tendo sido essa a vontade popular e, se hoje for a vontade maioritária dos deputados municipais, as propostas serão colocadas em prática, nomeadamente a questão do reforço da sinalética e a segurança, porque é uma área prioritária e vai ser privilegiada, tendo dado um exemplo muito prático, da intervenção que vai haver na zona das Corredouras, em que essa aposta na segurança rodoviária vai passar por vou fazer-se passeios e também sinalização semaforica vertical e horizontal, sendo esse um exemplo que o executivo tem estado a apostar na segurança rodoviária. -----

- - Também se tem feito intervenções no que diz respeito aquilo que vulgarmente se chama de “almofadas” e que vêm substituir as tradicionais lombas que tinham algumas dificuldades do ponto de vista de circulação e do ruído, porque em zonas residenciais era complicado para a população, uma vez que a circulação depois acarretava esse



acréscimo de ruído, por isso, optou-se por essa solução, que tem tido um feedback muito positivo.-----

- - O mesmo se diga para as questões da higiene urbana que tem tido um reforço muito grande no que diz respeito à higiene urbana, também é uma questão que está plasmada no Orçamento e está prevista também uma nova viatura para recolha de resíduos sólidos urbanos, portanto, como vê, há uma intenção de investimento, que está materializada e é para ser efetuada.-----

- - Nesta altura do ano, até se fez uma campanha de sensibilização, porque há mais resíduos devido à época festiva, e o Senhor Vice-Presidente, na reunião de câmara de hoje, reforçou essa ideia e fez um apelo à população, mas o executivo tem que fazer a sua parte, ou seja, reforço do investimento, das equipas e o prolongamento dos horários. É feita uma monitorização constante em todo o concelho, mas também tem que haver uma disponibilidade por parte de população que está inerente ao civismo de cada um e à responsabilidade ambiental bem como as questões de reciclagem, por exemplo, a separação de lixos também cabe a cada um de nós, portanto, não é uma responsabilidade em partes iguais, obviamente, a parte maior cabe ao município. -----

- - Relativamente ao saneamento, referiu que também é uma aposta deste executivo, entretanto terminou a obra de saneamento na Carvalha, vai-se iniciar em A-do-Morão, existem outros saneamentos que também estão previstos, nomeadamente em Vila Verde e na Tesoureira.-----

- - Fazendo a ligação também com o tema da zona histórica de Arruda, porque também está orçamentalmente e previsto um projeto que inclui todas as áreas da zona história e que incluirá também a zona na rua 5 de Outubro, porque antes de se fazer aquela requalificação que já foi apresentada, tem que se fazer uma intervenção em termos de subsolo. Também está prevista uma intervenção em termos de saneamento no Largo Humberto Delgado, nas Cardosas.-----

- - Em relação à manutenção dos espaços verdes, há duas vertentes, uma é a manutenção propriamente dita desses espaços e, já no final deste mandato esse reforço foi feito, até do ponto de vista das equipas, mas também no sentido de embelezamento, substituição de espécies, introdução de outras espécies, e agora para este mandato é manter essa base que já estava consolidada na fase final do mandato, mas também entrar-se numa nova fase que é de intervenção mais construtiva, de embelezamento, de enriquecimento do ponto de vista da flora em termos de espécies para as zonas mais ajardinadas em termos de parques. -----

- - Também se fez algumas intervenções no Parque das Rotas com um parque aventura, que está a ter bastante aceitação por parte da população, eventualmente, pode haver uma continuidade em termos de outros investimentos dentro da mesma linha para ter ali um

espaço acolhedor, mas também que favoreça o relacionamento familiar, porque não havia grandes áreas vocacionadas para as famílias.-----

- - Relativamente ao Infarmed o enquadramento já está mais favorável, entretanto foram enviados mais ofícios, e neste momento está-se a aguardar a publicação do concurso público. Este tema é um anseio de todos, pensa que não haverá um único arrudense que não tenha esse anseio. -----

- - Sobre a ponte do Rio Grande da Pipa, referiu que é uma obra a concretizar no próximo ano, se tudo correr bem, e porque existe verba atribuída devido aquele período das intempéries, houve algumas questões do ponto de vista da estrutura do vão da própria ponte, houve algumas dificuldades e algumas afinações porque o que estavam a solicitar do ponto vista técnico era um pouco demasiado e exagerado, conseguiu-se chegar a um acordo, vai ser uma estrutura pré-fabricada que será colocada no local, e a obra tem uma previsão de execução de seis meses. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Deu conhecimento que o Deputado Luís Narciso solicitou, suspensão de mandato por trezentos e sessenta e cinco dias, a contar do dia quatro de dezembro, assim a Deputada Maria José Antunes, como elemento do mesmo partido a seguir na lista, irá ficar em regime de substituição do Deputado Luís Narciso. -----

- - O plenário tomou conhecimento.-----

----- Ordem do Dia -----

PONTO N.º 1 – ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE OUTUBRO -----

- - Presente a referida ata, para eventual aprovação. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com a abstenção dos deputados Maria José Antunes, Pedro Lourenço e José Carlos Silva por não terem estado presente na referida reunião.--

Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda -----

- - “O Juntos por Arruda vota favoravelmente à aprovação da ata, no entanto, queremos que fique registado em ata nosso profundo desconforto com a forma como o ponto 2 da ordem de trabalhos foi conduzido. -----

- - A apresentação, por parte do Partido Socialista, de uma lista preparada antecipadamente (impressa, formatada e claramente pronta para votação) evidencia que esta informação esteve disponível para alguns muito antes de chegar ao conhecimento do restante plenário. E quando uns entram na sala já equipados para a corrida e outros descobrem a prova apenas quando o tiro de partida é dado, a noção de igualdade de tratamento fica inevitavelmente comprometida. -----



- - Não está aqui em causa a escolha dos nomes indicados. Reconhecemos o mérito das pessoas propostas e consideramos que o município estará bem representado. Falamos sim do processo. -----

- - O que se verificou demonstra uma falta de transparência que não pode ser normalizada e que coloca em causa a confiança que todos devemos poder depositar no funcionamento desta Assembleia. As regras não são meros detalhes, são a espinha dorsal que garante que ninguém é apanhado de surpresa por aquilo que outros já sabiam de antemão. -----

- - Por isso, deixamos um apelo claro: que, no futuro, todos os trabalhos sejam conduzidos com o rigor, a equidade e a transparência que esta Assembleia merece. Que nenhuma bancada seja privilegiada e que todos os eleitos tenham acesso atempado à mesma informação, permitindo um debate informado e uma votação justa. -----

- - E é isso que os arrudenses esperam de todos nós.” -----

PONTO N.º 2 - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL -----

- - Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação e discussão.

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Presidente da Câmara fez uma breve explicação sobre o ponto.-----

- - Não houve intervenções -----

PONTO N.º 3 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ DE ARRUDA DOS VINHOS -----

- - Presente ofício da CPCJ. -----

- - Foi apresentado um único nome, pela bancada do PS, que foi a Senhora Hélia Pereira.-----

- - Após votação por escrutínio secreto, foi designada, por maioria com um voto nulo, onze abstenções e treze votos a favor, designar a Senhora Hélia Tavares para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Arruda dos Vinhos.-----

PONTO N.º 4 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUE INTEGRARÃO A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE -----

- - Presente ofício da Comunidade Intermunicipal do Oeste.-----

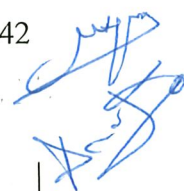
- - Foram apresentadas as seguintes listas: -----

- - Pelo Grupo Municipal Juntos por Arruda (lista A) -----

- - Efetivos: Paulo Alexandre Ferreira Pereira, Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva, Maria Ferreira Pereira, Sérgio Paulo Hipólito Agostinho.-----

- - Suplente: Maria João Lourenço Tavares -----

- - Pelo Partido Socialista (lista B) -----



- - Efetivos: Cecília Moleiro, Rui Moreira, Daniel Dias e Célia Lavado-----
- - Suplentes: Jorge Raimundo, Sónia Camilo, Ana Cristina Pinto e Ricardo Talixa -----
- - Após votação das listas, por escrutínio secreto, a lista A obteve 9, a lista B 14 votos, e ainda duas abstenções. -----
- - Como não houve consenso na votação, e como mencionado no n.º 3 do art.º 83 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a representação não era proporcional, utilizou-se o método Hondt. -----
- - Assim, foi eleito os seguintes membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal do Oeste: -----

- - Pelo Partido Socialista - Cecília Moleiro, Rui Moreira, Daniel Dias; pelo Grupo Municipal Juntos por Arruda - Paulo Alexandre Ferreira Pereira -----

PONTO N.º 5 - DESIGNAÇÃO DE DOIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA-----

- - Presente e-mail do GAEM.-----
- - Foram apresentadas duas listas: -----
- - Uma lista da CDU (lista A) - Miroslava Sciurov e Sónia Camilo, uma lista do Juntos por Arruda (lista B) - Maria João Tavares e Maria José da Silva Duarte Antunes. -----
- - Após votação por escrutínio secreto, a lista A obteve 14 votos, a listas B 9 votos, e duas abstenções.-----
- - Assim, foram designadas as deputadas Miroslava Sciurov e Sónia Camilo, para integrar o Conselho Municipal de Cultura.-----

PONTO N.º 6 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA PARA REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-----

- - Presente e-mail do GAEM.-----
- - Foram apresentadas duas listas: -----
- - Uma lista do Partido Socialista (lista A) - Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, Pedro Mateus, uma lista do Juntos por Arruda (lista B) - Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos, Maria Ferreira Pereira.-----
- - Após votação por escrutínio secreto, a lista A obteve 14 votos, a listas B 9 votos, e duas abstenções.-----
- - Assim, foi designado o Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, Pedro Mateus, para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

PONTO N.º 7 - DESIGNAÇÃO DE UM DEPUTADO MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2025-2026-----

- - Presente e-mail da Vereadora Carla Munhoz-----



- Foram apresentadas duas listas: -----
- Uma lista do Partido Socialista (lista A) - Ricardo Talixa, uma lista do Juntos por Arruda (lista B) - Sérgio Paulo Hipólito Agostinho-----
- Após votação por escrutínio secreto, a lista A obteve 14 votos, a listas B 9 votos, e duas abstenções. -----
- Assim, foi designado o Deputado Ricardo Talixa, para integrar a Comissão Técnica de Avaliação do Orçamento Participativo 2025-2026. -----

PONTO 8 - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA, PARA INTEGRAR A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL-----

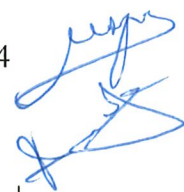
- Presente e-mail do GAEM.-----
- Foram apresentadas duas listas: -----
- Uma lista do Partido Socialista (lista A) - A Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas, Catarina Costa, uma lista do Juntos por Arruda (lista B) - A Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos Maria Ferreira Pereira-----
- Após votação por escrutínio secreto, a lista A obteve 14 votos, a listas B 9 votos, e duas abstenções. -----
- Assim, foi designada a Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas, Catarina Costa, para integrar a composição da Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

PONTO N.º 9 - DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO PARA INTEGRAREM A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS----

- Presente e-mail do GAEM.-----
- Foi apresentada uma lista conjunta do Partido Socialista e do Juntos por Arruda, com os nomes do Presidente de Junta de Arruda dos Vinhos, Fábio Morgado e a Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos Maria Pereira. -----
- Após votação por escrutínio secreto, a lista obteve 23 votos e duas abstenções. -----
- Assim, foi designado o Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos e a Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos, para integrarem a Composição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

PONTO N.º 10 - NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL-----

- Presente e-mail do GAEM.-----
- Foram apresentadas duas listas: -----
- Uma lista do Partido Socialista (lista A) - Jorge Tenente, uma lista do Juntos por Arruda (lista B) - Rita Maria Matias Nunes-----



- - Após votação por escrutínio secreto, a lista A teve 14 votos, a listas B 9 votos, e duas abstenções. -----

- - Assim, foi designado o Deputado Jorge Tenente, para integrar a Comissão Consultiva de Revisão do Plano Diretor Municipal-----

PONTO N.º 11 - DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE-----

- - Presente e-mail do GAEM.-----

- - Foram apresentados os seguintes nomes para integrar o Conselho Municipal de Juventude: -----

- - Partido Socialista - Matilde Paulino -----

- - Juntos por Arruda - Paulo Alexandre Ferreira Pereira -----

- - Chega - António Parada -----

- - CDU - Miroslava Sciurov -----

PONTO N.º 12 - DESIGNAÇÃO DE PROVEDOR DO MUNÍCIPE DE ARRUDA DOS VINHOS-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 24 de novembro.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Relativamente a este ponto a proposta do executivo, é a designação do Senhor José Augusto Ferreira de Almeida, que tem experiência, conhece o território, tem a unanimidade, relativamente, àquilo que é necessário para desempenhar estas funções, tendo lembrado que na última Assembleia Municipal do último mandato foi transversal esse reconhecimento de idoneidade e de isenção. -----

- - Quer deixar também uma palavra de agradecimento ao anterior Provedor do Município, Rogério Correia, pelo trabalho, pela disponibilidade, pela capacidade de articulação com o executivo na resolução dos problemas e na vontade de encontrar, conjuntamente, as funções para as questões que estavam para ser resolvidos e que eram colocadas pelos fregueses e municípios.-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MATILDE PAULINO-----

- - “O PS saúda com determinação a designação do ex-deputado municipal José Augusto Almeida para assumir o cargo de provedor do município, é uma indicação não só acertada, mas também necessária.-----

- - Esta escolha recai sobre alguém que, ao longo dos anos, tem sido reconhecido enquanto pessoa íntegra, séria e profundamente dedicada à vida pública. É igualmente conhecido pela sua postura firme, de uma ética de serviço muito própria e de uma forma de estar que coloca sempre o interesse coletivo acima de qualquer outra consideração. --



- - Defende sem hesitações, aquilo que considera justo e necessário para o bem coletivo, contudo, é esta sua postura, tão característica, de exigência e intransigência na defesa da causa pública, que dá a confiança que precisa para encarar este novo desafio com o mesmo sentido de responsabilidade que estão bem lhe é conhecido. -----

- - Enquanto provedor, terá agora a missão de ouvir os munícipes e acompanhar as suas preocupações, o Partido Socialista está certo que estamos perante alguém que age, que pressiona, que procura soluções e que não se deixa intimidar por burocracias e desculpas.-----

- - Espera-se agora que o cargo de provedor seja encarado de uma outra forma, com outra visão, permitindo aos munícipes sentirem-se realmente ouvidos e apoiados. A experiência, o caráter e o percurso de José Augusto são bons sinais de quem quer estar à altura desta missão.” -----

- - Após votação por escrutínio secreto, foi deliberado, por maioria, com 22 votos a favor, 1 voto contra e dois votos em branco, designar como Provedor do Município o cidadão José Augusto Ferreira de Almeida.-----

INTERVENÇÃO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE-----

- - “A minha primeira palavra, é de agradecimento, agradecimento a todo o executivo camarário, aos senhores deputados, a todos, independentemente do voto que acabaram de exercer, por isso a minha gratidão. -----

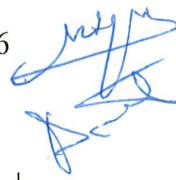
- - A seguir dizer que é com muita honra, e com muito orgulho que depositaram confiança na minha pessoa para o exercício de tão nobre função. -----

- - Depois dizer que como pessoa e como cidadão, é conhecida a minha orientação ideológica, não o nego. Certamente que os longos anos que já levo de vida autárquica, não serão apagados. Como cidadão tenho e terei a minha orientação ideológica, no entanto queria aqui assumir, perante todos vós, alguns compromissos de honra, parcialidade e independência, não são palavras vans e no regulamento do Provedor do Município, são precisamente estes dois vocábulos que constam desse regulamento.-----

- - Eu costumo dizer que, o primeiro partido é a minha consciência, e quero dizer, perante vós, que exercerei estas funções com toda a isenção, liberdade, independência e igualdade.-----

- - Dizer-vos também que não sou imune a críticas, antes pelo contrário, sempre gostei da crítica, sempre gostei das observações e nunca andei à procura de unanimismos, porque na política, na nossa vida profissional ou pessoal, nunca pode haver unanimismo. Entendi sempre a crítica e as observações, como sendo contributos válidos para o exercício de qualquer função. -----

- - Por último, dizer-vos que aceito plenamente toda a crítica e toda a observação, mas peço-vos com uma condição, seja feita sempre de forma leal e frontal, é assim na vida



que nós temos que estar, com frontalidade e cima de tudo com lealdade, pois são estes dois termos que conduzem à maior felicidade e a maior amizade. -----

- - Queria apenas dizer que desejo a todos aqui presentes nesta sala e à comunidade arrudense, nomeadamente aos autarcas aqui presentes, um bom mandato cheio dos maiores sucessos pessoais e profissionais que, no meu caso concreto, ao serviço da comunidade. Desejo a todos um bom Natal e um bom Natal a toda a comunidade arrudense.” -----

Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda-----

- - “Votámos A FAVOR da designação do Provedor do Município de Arruda dos Vinhos, reconhecendo a relevância desta figura enquanto instrumento essencial de proximidade, mediação e defesa dos direitos dos cidadãos na relação com os serviços municipais. -----

- - O Provedor do Município desempenha um papel fundamental na promoção de uma administração mais transparente, acessível e eficaz, contribuindo para a resolução de conflitos, para a melhoria contínua dos serviços e para o reforço da confiança entre a autarquia e a comunidade. A sua atuação, assente na independência, imparcialidade e autonomia face aos órgãos municipais, é determinante para garantir que as reclamações e preocupações dos munícipes são analisadas com rigor, equidade e sentido de justiça.

Neste contexto, manifestamos o nosso voto favorável à designação do Senhor José Augusto Ferreira Almeida, pessoa por quem temos estima e consideração, desejando que exerça este cargo com total independência, imparcialidade e sentido de responsabilidade, honrando os princípios que presidem à função de Provedor do Município.-----

- - Esperamos que o seu desempenho contribua efetivamente para reforçar a ligação entre a autarquia e a comunidade, promovendo uma cultura de escuta ativa, melhoria dos serviços públicos municipais e defesa dos direitos dos munícipes, em benefício de um concelho mais próximo, mais justo e mais transparente.”-----

PONTO N.º 13 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTAS DE FREGUESIA, EM REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-----

- - Presente e-mail do GAEM.-----

- - Foram apresentadas duas listas: -----

- - Uma lista do Partido Socialista (lista A) - Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas - Catarina Costa, uma lista do Juntos por Arruda (lista B) - Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos Maria Ferreira Pereira -----

- - Após votação por escrutínio secreto, a lista A teve 14 votos, a listas B 9 votos, e duas abstenções. -----



- - Assim, foi designado a Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas, Catarina Costa, para integrar o Conselho Municipal de Saúde. -----

PONTO N.º 14 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 01 de setembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Relativamente ao Plano Municipal de Ação Climática, referiu que é um imperativo que decorre da Lei de Bases da Ação Climática de dois mil e vinte e três, o documento esteve em consulta pública, apesar de não ter havido contributos. -----

- - Este documento também teve por base vários documentos já aprovados ao longo dos anos, sobre o mesmo tema, também está em consonância com algumas medidas que já estão a decorrer, como é o caso do projeto “A Tua Casa Mais Eficiente”, o “Apoio à descarbonização de frotas” tendo em vista a implementação de um conjunto de medidas que contribuem para a neutralidade carbónica e, além disso, é plano de ação que é prolongado no tempo. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA JOÃO TAVARES -----

“A bancada do Juntos por Arruda tem duas questões, relativamente a este ponto que gostariam de ver respondidas. -----

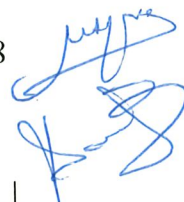
-- Tendo em conta que o relatório sendo um modelo semelhante ao utilizado noutros municípios da CimOeste, pode a autarquia esclarecer qual foi o custo, para o município, associado à sua elaboração? -----

- - O plano prevê um investimento de onze mil euros para a implementação das recomendações identificadas como necessárias e imperativas, gostaríamos também que o executivo, detalhasse quais as ações concretas que serão financiadas por esta verba e de que forma será garantida a sua utilização eficiente e alinhada com os objetivos do plano.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA CÉLIA LAVADO -----

- - “Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa saúdo todas e todos os membros desta Assembleia, bem como os e as representantes dos vários partidos e municípios aqui presentes. Cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara e nele todo o Executivo Municipal. -----

- - A bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista quer expressar o seu apoio ao Plano Municipal de Ação Climática. Este é um documento essencial porque parte de um diagnóstico climático rigoroso, que nos mostra que Arruda dos Vinhos enfrenta já um aumento da temperatura média, maior frequência de ondas de calor, maior risco de secas severas e fenómenos extremos de precipitação, dados evidenciados nos mapas de vulnerabilidade e projeções climáticas do plano. -----



- - Essas projeções indicam, por exemplo, que as zonas urbanas mais densas podem registar aumentos significativos de temperatura, e que parte do território rural está classificado como altamente vulnerável a incêndios e erosão hídrica, afetando pessoas, património e atividades económicas.-----
- - O Plano responde a estes desafios com medidas concretas, distribuídas por oito setores estratégicos.-----
- - Destaco algumas: -----
- - Na agricultura e floresta, prevê-se a criação de corredores ecológicos, a proteção de linhas de água e o reforço de práticas agrícolas adaptadas ao calor extremo.-----
- - Na mobilidade, propõe-se reduzir a dependência do automóvel, criar rotas pedonais e cicláveis, promover transportes públicos mais eficientes e diminuir emissões. -----
- - No ordenamento do território, o Plano recomenda arborização das zonas urbanas, criação de ilhas de frescura, sombreamento e modernização dos espaços públicos. -----
- - Na proteção civil, defende-se o reforço da capacidade de resposta a fenómenos extremos, incluindo sistemas de alerta precoce e equipamentos especializados. -----
- - Na ação social, sublinha a necessidade de proteger os grupos mais vulneráveis — idosos, pessoas isoladas, pessoas com doenças crónicas — durante ondas de calor ou situações de emergência.-----
- - É importante sublinhar que este Plano não vive sozinho. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2026 já apontam para investimentos que concretizam estas prioridades. -----
- - Alguns exemplos muito claros, mas encontraríamos outras relações: -----
- - Reforço da Proteção Civil com a construção da nova sede dos Bombeiros e o aumento da dotação para segurança e ordem pública, que cresce mais de 175% em relação ao ano anterior. Este aumenta a capacidade de resposta a incêndios, ondas de calor e eventos extremos, riscos identificados no Plano Municipal de Ação Climática. --
- - Reforço global da dotação para Segurança e Ordem Pública com um Crescimento de 175,6% face ao ano anterior, concretiza diretamente o eixo do PMAC que exige modernização da proteção civil, preparação para fenómenos extremos e maior capacidade de prevenção.-----
- - Investimentos nas forças de socorro e equipamentos com melhorias na resposta operacional da corporação - coerente com medidas do PMAC: sistemas de alerta precoce, reforço da prontidão e infraestruturas seguras. -----
- - Teleassistência, apoio domiciliário e respostas de proximidade articulam-se também com os objetivos do PMAC para aumentar resiliência social e capacidade de resposta em períodos de risco (ondas de calor, cheias, etc.).-----



- - Proteção do território rural e das atividades agrícolas - Articula-se com o Plano que identifica vulnerabilidades agrícolas e propõe adaptação hídrica, diversificação de culturas e proteção de solos, cada vez mais numa perspetiva de agricultura regenerativa, portanto ambientalmente mais sustentável e promotora da biodiversidade.-----

- - Redução das emissões carbónicas consolidando o programa de “Apoio à descarbonização das frotas” (IPSS’s, associações e coletividades com sede fiscal no Concelho de Arruda dos Vinhos, bem assim como às próprias Juntas de Freguesia), bem como o programa “A tua casa mais eficiente”, com o objetivo claro de diminuição da pobreza energética e do aumento do conforto térmico das habitações, apoiando as famílias no aumento da eficiência energética dos domicílios, por exemplo com autoconsumos individuais, com coletores solares para aquecimento de águas sanitárias, substituição de vãos, colocação de isolamentos interiores ou exteriores, etc.. A constituição de uma CER – Comunidade de Energia Renovável de A dos Arcos, recorrendo a uma “pequena” central fotovoltaica para produzir energia elétrica verde, a partilhar pelos membros, reduzindo emissões carbónicas, diminuindo faturas energéticas de domicílios e empresas e, simultaneamente, promovendo a vivência em comunidade; bem assim como a hasta pública dos telhados de edifícios municipais visando a colocação de painéis fotovoltaicos numa perspetiva de autoconsumo coletivo que substitua eletricidade produzida recorrendo a combustíveis fósseis.-----

- - O ArrudaLab – Espaço Energia, este balcão físico localizado no edifício ArrudaLab, disponibiliza informação e aconselhamento personalizado aos cidadãos e cidadãs sobre eficiência energética, energias renováveis e programas de financiamento visando ganhos energéticos, orientando sobre quais as soluções mais eficazes do ponto de vista energético e também no âmbito da eficiência hídrica, constituindo-se ainda como possibilidade de assessoria técnica a micro ou a pequenas empresas sem custos para as mesmas, com o intuito de as ajudar a diminuir a respetiva pegada carbónica e hídrica. --

- - Este Plano coloca Arruda dos Vinhos no caminho certo: o caminho da responsabilidade, da preparação e da visão de futuro. Ele traduz evidência científica em medidas concretas e transforma risco em oportunidade, reforçando a proteção das pessoas, a resiliência das famílias, a sustentabilidade das empresas e a segurança do território que todos e todas partilhamos.-----

- - Por isso, manifestamos o nosso voto favorável. Não apenas porque é uma exigência nacional, mas porque Arruda merece um futuro seguro, sustentável e preparado para os desafios climáticos que já estão entre nós.”-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que, após a intervenção da Deputada Célia Lavado, não lhe sobrou muito para responder à Deputada Maria João, porque a intervenção da Deputada Célia Lavado,

no que diz respeito às medidas em termos de intervenção, espelha aquilo que, no fundo, está elencado para este o plano. É um plano plurianual e que tem, nestas propostas identificadas pela deputada, realmente parte da resposta, mas estamos a falar da questão dos corredores ecológicos, do reforço em termos de mancha florestal e em termos de arborização, a Deputada Célia Lavado não falou, mas também há um reforço em termos de carregamento elétrico da rede Mobi.e que também tem um papel importante.-----

- - Já na sua intervenção inicial tinha falado no programa “Tua casa mais eficiente” e no Projeto que existe Arruda Lab que tem um contributo importante, e que fará uma itinerância em termos das freguesias para ter esse papel descentralizado, a aposta no fotovoltaico e na concretização do projeto da CER - Comunidade de Energia Renovável em A-dos-Arcos, que se vai realizar em parceria com a Copérnico que está a ajudar a fazer esse trabalho.-----

- - As ações estão identificadas, vão de encontro àquilo que é o investimento que foi identificado pelo Senhora Deputada, mas vai muito além, basta perceber as propostas que estão elencadas e os projetos que já estão, neste momento, a serem dinamizados, para perceber que se vai além disso. -----

- - Quanto ao custo associado, referiu que é inerente àquilo que são as cotizações, relativamente à CimOeste, porque o documento e a redação, foram elaborados pela CimOeste, estando-se a falar de oito municípios. -----

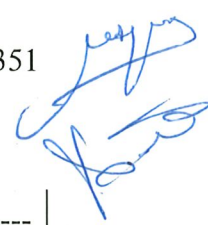
INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - “Eu tendo a discordar um bocadinho deste documento, primeiro, sendo eu investigador científico, verifico que há gralhas no documento, relativamente às referências bibliográficas, nomeadamente na página setenta e nove, quando há uma citação a Stewart, I.D., & OKE, T.R. (2012), que não vem depois identificado nas referências bibliográficas.-----

- - Tenho também algumas dúvidas relativamente a outro tipo de referências científicas, na sua origem de jornais não tão bem creditados cientificamente. -----

- - Relativamente a este plano a minha maior preocupação, e a preocupação da bancada Juntos por Arruda, é que este plano está muito bem feito no que diz respeito à parte descritiva, do que é que se passa no concelho e quais são os riscos que o Concelho sofre, mas depois falha na identificação de medidas concretas para a resolução destes mesmos riscos, nomeadamente os riscos ligados a inundações, à estabilidade das vertentes e aos incêndios. -----

- - O Plano foca-se muito na parte do combate às emissões de dióxido de carbono e aos mais gases de efeitos de estufa, mas depois também não diz e não especifica onde e qual é a meta de redução dessas mesmas emissões, ou seja, qual é o plano de mitigação da redução dessas emissões para o concelho.” -----

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

- - Não colocando em causa o que foi dito pelo Deputado Paulo Pereira, tendo-se identificado previamente como investigador, nesta área, mas pessoalmente também é investigador do Observatório Político, portanto, também sabe que, do ponto de vista metodológico as exigências, nomeadamente, do ponto de vista da elaboração e a redação de uma biografia, mas pensa que são questões de pormenor, eventualmente poderá ter falhado alguma coisa do ponto de vista depois no cruzamento dessa informação e do aparecimento na redação final, mas poderá passar essa informação à CimOeste. -----

- - O que o preocupa mais são as outras áreas que identificou e os riscos, nomeadamente a questão dos incêndios, da instabilidade de vertentes, e da descarbonização, tomou boa nota e fará chegar esse feedback no sentido de perceber se há e alguma informação ou algumas notas que possam ser acrescentadas. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com 9 votos contra da bancada do Juntos por Arruda, 13 votos a favor da bancada do PS e da CDU e 2 abstenções da bancada do Chega, aprovar o Plano Municipal de Ação Climática.-----

- - Durante a votação o Presidente da Junta de Freguesia de Arruda, Fábio Morgado, não se encontrava presente na sala.-----

Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda -----

- - “O Plano Municipal de Ação Climática é um plano que, pela sua natureza, deveria proteger Arruda dos Vinhos não apenas de fenómenos climáticos extremos, mas também de decisões políticas impreparadas e de riscos financeiros que recaem, inevitavelmente, sobre os municípios. -----

- - No entanto, foi-nos entregue um documento incompleto com referências citadas ao longo do texto que não constam na lista final de referências. Do ponto de vista da base científica e da rastreabilidade das fontes, isto é um erro grosseiro que compromete a credibilidade do documento e deve ser revisto e corrigido (incluindo todas as fontes citadas e removendo eventuais entradas não citadas). -----

- - Faltam ainda medidas concretas medidas concretas que combatam os riscos climáticos.-----

- - O documento que nos foi apresentado não contém, como acontece com planos de outros municípios como o exemplo de Mafra ou Torres Vedras: -----

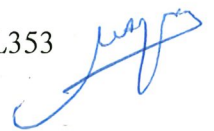
- - metas numéricas, -----

- - custos estimados, -----

- - prioridade das ações, -----

- - prazos, -----

- - nem responsáveis claramente identificados. -----



exemplos práticos de capacitação deste caminho no ponto de vista desta integração, e que está sujeito a uma avaliação interna e externa, por isso, essa monitorização também está preconizada. Deverão ser constituídos grupos de trabalho por cada eixo estratégico que estão identificados.-----

- - A implementação deste plano está a ser coordenada pela Câmara Municipal em conjunto com o CLAIM e vários parceiros locais. Este executivo pensa que é um caminho que será continuado, será aprofundado, mas já dá uma expectativa de concretização importante numa área e num contexto nacional que é complexo, muitas vezes até polémico e que o executivo quer, de uma forma racional e ponderada, mas com uma visão concertada, concretizar no concelho de Arruda dos Vinhos. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO SÉRGIO AGOSTINHO -----

- - O orçamento prevê um investimento anual de cerca de vinte e um mil euros para a implementação das medidas propostas, valor que se traduz em cerca de vinte e um euros por migrante, tendo em conta a importância estratégica deste plano para o município, questionou se o executivo pode esclarecer, de forma concreta e detalhada, quais as ações específicas que serão financiadas por esta verba e de que modo se assegura a eficácia da sua aplicação. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA CÉLIA LAVADO -----

- - “Senhora Presidente, -----

- - Senhor Presidente e Senhora e Senhores Vereadores -----

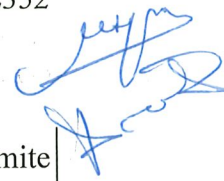
- - Senhoras deputadas e Senhores Deputados Municipais,-----

- - Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

- - É com sentido de responsabilidade pública que tomo a palavra, para em nome da Bancada do PS da Assembleia Municipal, analisar e reconhecer a importância do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arruda dos Vinhos 2025-2029, recentemente apresentado. Antes de entrar nas virtualidades do plano, permitam-me um breve enquadramento europeu e nacional, para que possamos compreender plenamente o desafio, mas também a oportunidade que a migração representa. -----

- - A União Europeia vive hoje uma transformação demográfica marcada por dois fenómenos simultâneos: o envelhecimento da população e a necessidade crescente de mão-de-obra em múltiplos setores. -----

- - Segundo o Eurostat (2023), *a UE necessita de cerca de 3,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras adicionais até 2030* apenas para suprir carências nas áreas da saúde, cuidados, tecnologia e agricultura. Além disso, a população europeia em idade ativa diminuirá em 35 milhões de pessoas até 2050, o que coloca pressão sobre a sustentabilidade económica e social do continente. -----



- - Significa por isso que temos um plano sem o conteúdo operacional que permite avaliar a sua exequibilidade. E não podemos, politicamente, aprovar o que não conseguimos medir ou monitorizar. -----

Quando não se sabe quanto custa, quem faz, quando faz e com que meios faz... não estamos perante um plano de ação. Estamos perante uma expectativa. E expectativas não se executam.” -----

PONTO N.º 15 - PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 10 de novembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Este é um documento que o executivo considera muito importante, aliás, consideram que é mais relevante ter planos do que não ter, alguns documentos que vão ser aprofundados e que podem ser melhorados, mas que dão um conjunto de referências deste caso, tendo em consideração aquilo que é a população de Arruda dos Vinhos e aqueles que vão chegando até ao executivo, no *Road MAP* está o ponto de vista da capacidade de uma maior facilitação na sua integração quanto ao acesso a serviços de direitos e oportunidades iguais, devendo também, face a isso, participar ativamente na vida social. -----

- - Foi um plano também elaborado pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, tem uma validação relevante, não só para o município de Arruda dos Vinhos como para o Oeste em si. -----

- - Como no caso anterior, está-se a falar de oito municípios que têm um plano elaborado por esta entidade que é agregador da região Oeste e que vê esta integração e esta necessidade de ter um plano que permita esta integração de uma forma criteriosa, e terem a possibilidade de acesso livre e democrático, àquilo que é uma comunidade e participar na construção ativa da comunidade. -----

- - Este plano tem um conjunto de medidas muito alargadas, algumas das quais também já foram concretizadas e estão em concretização, nomeadamente a questão do aprendizado da língua portuguesa, que é sempre um património importante e também facilitador, ou não, dessa mesma integração, houve também um contributo de um conjunto de parceiros muito importantes, existe um conjunto de metas importantes, metas de nível um e de nível dois, que também estão identificadas, no fundo, é um plano que acrescenta valor àquilo que o município já faz e que tem essa preocupação, que não é de agora, é fruto de um trabalho apurado e de uma consulta alargada, nomeadamente a especialista nestas matérias, do qual faz parte também o Instituto de Formação e Emprego. O plano tem uma dimensão operacional, ou seja, não é um conjunto de intenções de vontades, mas também tem metas, tem métricas e tem

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

- - Neste contexto, a Comissão Europeia apresentou o Novo Pacto sobre Migração e Asilo, que sublinha dois princípios essenciais: -----
- - a migração deve ser gerida com segurança, legalidade e previsibilidade;-----
- - a integração local é um dos pilares fundamentais da coesão europeia. -----
- - É por isso que a Comissão tem reforçado o papel das autarquias, que são os verdadeiros espaços de acolhimento, contacto e convivência. -----
- - Segundo os Dados Oficiais da AIMA e do INE (2024):-----
- - a população estrangeira residente atingiu cerca de 800 mil pessoas, o valor mais alto de sempre;-----
- - deste total, quase 60% são cidadãs e cidadãos de países terceiros;-----
- - Portugal é hoje um dos países europeus com crescimento migratório mais expressivo.
- - Por outro lado, somos um país que envelhece rapidamente: o INE confirma que, em 2023, já existiam 184 idosos por cada 100 jovens. Sem imigração, a população de Portugal estaria em acentuado declínio. -----
- - A nível local, os dados apresentados no próprio plano mostram que: -----
- - Arruda dos Vinhos tem hoje, leiam-se dados de 2023, 8,5% de população estrangeira residente (p.14, Figura 2), pelo que hoje será ainda mais expressiva-----
- - Entre 2019 e 2023, a taxa de crescimento migratória passou de 1,12% para 2,92 %, valores consistentemente acima da média nacional (p.15, Figura 4) -----
- - Estes dados mostram que o município está a transformar-se e deve planear essa mudança com rigor, humanidade e responsabilidade e que é um território de atratividade de novas pessoas residentes.-----
- - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----
- - O Plano Municipal para a Integração de Migrantes para 2025-2029 que hoje avaliamos, merece ser reconhecido como um instrumento sólido, bem fundamentado e alinhado com as melhores práticas nacionais e europeias.-----
- - Permitam-me destacar quatro grandes virtualidades. -----
- - O plano não foi construído de forma apressada. -----
- - Foram utilizadas metodologias robustas, como: análise estatística detalhada, duas rondas de auscultação envolvendo pessoas técnicas, atores locais, migrantes e a consulta ao Conselho Local de Ação Social, pelo que permite que as ações propostas não sejam intuitivas, mas sim claramente orientadas pelas necessidades concretas da população de Arruda dos Vinhos. -----
- - Está alinhado com políticas nacionais e europeias-----
- - O plano articula-se de forma explícita com: o Plano Estratégico para as Migrações, o Plano Nacional para a Integração de Migrantes, o Fundo Europeu FAMI 2021-2027 e com o Novo Pacto Europeu para as Migrações e Asilo.-----

- É, por isso, um documento que integra Arruda dos Vinhos na estratégia nacional e europeia de integração, garantindo coerência, elegibilidade para financiamento e continuidade de políticas públicas. -----
- Por outro lado, -----
- Valoriza serviços públicos inclusivos e respostas concretas -----
- O plano apresenta medidas claras nas áreas de:-----
- acolhimento e acesso à informação (Quadro 2, p.31); -----
- aprendizagem da língua portuguesa (Quadro 3, p.32);-----
- educação, formação e reconhecimento de competências (Quadro 4, p.33); -----
- emprego, empreendedorismo e integração económica (Quadro 5, p.33-34); -----
- habitação, saúde e participação cívica (Quadros 6 a 8, p.34-35) -----
- e também, -----
- Assume uma abordagem de coesão social e diversidade cultural -----
- O plano reconhece, e bem, que a migração não é apenas um fluxo demográfico, mas um enriquecimento cultural, uma oportunidade de inovação e um fator de dinamismo económico e social. -----
- Promove a convivência intercultural, a redução de barreiras de acesso, a igualdade de oportunidades e a valorização das identidades e trajetórias de vida. -----
- Esta visão humanista, mas também estratégica, ajuda a construir uma comunidade mais coesa, mais segura e mais preparada para o futuro. -----
- Finalmente, -----
- Muito embora a realidade política e social mundial se altere nos últimos anos a uma velocidade acelerada, o que dificulta em muito o planeamento de medidas sociais de integração e acolhimento, o Plano concretiza a dimensão operacional, com medidas, metas e indicadores a concretizar entre 2025 e 2029 por objetivo estratégico e por objetivo específico, articuladas em algumas medidas com a CIM Oeste, dimensão multiescalar muito adequada para articulação de políticas desta natureza. -----
- Ir além destas metas, que até consideramos ambiciosas para os recursos disponibilizados para esta política descentralizada pelo governo central, seria um processo de adivinhação impossível e irresponsável. -----
- Ressalve-se que os municípios recebem a responsabilidade, mas não o pacote financeiro correspondente à mesma em tempo útil, esperando-se que invistam com financiamento local ou regional e não com recursos nacionais que deveriam existir de forma sistemática para políticas tão exigentes. -----
- É para nós óbvio que o detalhe operacional destas medidas, será complementado com outro tipo de instrumentos de planeamento, que permitirão ir ajustando a concretização das mesmas ao longo do período de 2025-2029, superando ou ficando aquém das metas

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

traçadas. Planeamento é isso mesmo, é desenhar medidas com base num diagnóstico, mas a realidade é viva e propõe ajustamentos periódicos com base numa avaliação situacional e estrutural.-----

- - Senhora Presidente, -----

- - Senhoras e Senhores Deputados, -----

- - A migração não é um fenómeno conjuntural. É uma realidade estrutural do século XXI. Os municípios que forem capazes de acolher, integrar e valorizar as pessoas que aqui constroem a sua vida serão municípios mais prósperos, mais jovens, mais dinâmicos e mais justos. -----

- - O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arruda dos Vinhos é um passo firme nessa direção:-----

– tecnicamente bem construído,-----

– alinhado com políticas europeias e nacionais, -----

– participado, equilibrado, -----

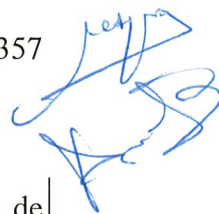
– e centrado na dignidade humana. -----

- - Por isso, a bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista o saúda e considera que merece a aprovação desta Assembleia Municipal.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Agradeceu o contributo da Deputada Célia Lavado, que fez um enquadramento facilitador relativamente à resposta ao Deputado Sérgio Agostinho, pensa que esteve com atenção e percebeu o que estava em causa, nomeadamente, do ponto de vista do enquadramento que supera as métricas, supera a quantificação e a folha de Excel relativamente a questões que são humanas. -----

- - Em relação às intervenções que irão ser feitas, referiu que existem dois tipos, a de nível um que são da responsabilidade do município e que têm um conjunto de medidas e com a identificação de parceiros, tal como falou na sua intervenção inicial, e que remete para medidas, nomeadamente do ponto de vista da saúde com o Guia de Acolhimento com a ULS - Estuário do Tejo, sessões de educação para a saúde e prevenção, portanto, já são algumas questões que estão identificadas do ponto de vista do plano de implementação de medidas concretas, também nível da educação na integração do combate ao insucesso escolar, com a parceria das entidades escolares do concelho, aulas de português que tem um papel muito importantes, relativamente, ao associativismo, porque as associações terão um papel fundamental, aliás, já estão a ter em Alcobela de Baixo, porque é precisamente na coletividade que estas aulas têm decorrido, e também existe uma verba, que está identificada em termos de Orçamento e GOP - Grandes Opções do Plano, para despesas de logística, também existe a parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e os formadores são gratuitos. -----



- - Depois do ponto de vista do impacto financeiro têm-se a questão da aquisição de bens alimentares, recentemente houve uma atividade, durante a Magia do Natal - “lanche multicultural” onde houve a aquisição de bens alimentares, para além de contributos das diferentes comunidades existentes no concelho de Arruda dos Vinhos, que teve um aspeto muito importante. -----

- - A questão da inclusão de material informativo, de cadernos práticos para implementar este Plano Municipal para Migrantes de forma a haver uma garantia e uma resposta integrada, inclusiva e garantido a inclusão de igualdade e de oportunidades, que tem um aspeto muito importantes. -----

- - Depois existem as medidas de nível dois que remetem para questões de financiamento em termos de PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, e que são da responsabilidade da CimOeste. -----

- - Do ponto de vista das questões de avaliação, monitorização de impacto e de métricas há uma vontade de perceber se este plano, do ponto de vista da execução, está a ter uma implementação positiva, ou se haverá necessidade de fazer ajustes, mas para isso existem as avaliações que têm que ser feitas, por isso, em relação à avaliação, estão completamente de acordo que ela tenha que ser feita, e convida a ler a página trinta e seis em que o modelo de monitorização e avaliação está muito bem espelhado, onde é referido que há uma monitorização contínua, focada na execução operacional das medidas, utilizando indicadores de acompanhamento, quer sejam quantitativos ou qualitativos, definidos para cada objetivo estratégico o que permite identificar desvios, obstáculos e progresso ao longo da implementação, esta avaliação é realizada periodicamente, de forma trimestral e semestral, com base em relatórios de progresso, ou seja, todos os desvios que, eventualmente, possam ser encontrados e identificados serão detetados nessas avaliações. Em relação ao tempo, que é um ano, é para ajudar a tomar um caminho e a direção certa, fruto desta avaliação. -----

- - Existe ainda uma avaliação interna e externa, para além desta motorização continua, que incide na efetividade do impacto destas ações implementadas, que se baseia em indicadores de resultado e de impacto para ferir se ocorreram mudanças significativas das condições identificadas no diagnóstico prévio e inclui uma avaliação externa e independente o cargo de entidades com competência técnica para tal, tudo isto para lá daqueles grupos de trabalho que referiu na sua intervenção inicial. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com duas abstenções da bancada do Chega, aprovar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes. -----

Declaração de voto - Bancada do Juntos por Arruda-----

- - “O Grupo Municipal Juntos por Arruda vota a favor do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, por reconhecer que este instrumento representa uma

oportunidade para reforçar a autonomia, a integração e a participação das pessoas migrantes no nosso concelho. Esta posição está alinhada com os princípios que defendemos: liberdade individual, responsabilidade, igualdade perante a lei e integração digna para todos. -----

- - Contudo, identificamos fragilidades que devem ser corrigidas na fase de execução. A principal é clara: o Plano não apresenta indicadores de monitorização, metas temporais ou mecanismos de avaliação. Sem estes elementos, não é possível medir impacto, corrigir falhas ou garantir responsabilização. Uma política pública sem métricas é uma política sem rumo. -----

- - Assinalamos ainda: -----

- - A necessidade de clarificar responsáveis pela implementação de cada medida. -----

- - A ausência de contributos no período de consulta pública, o que evidencia a necessidade de melhor comunicação e envolvimento das comunidades migrantes, incluindo sessões multilingues e parcerias com escolas e associações. -----

- - A importância de reforçar ações nas áreas de educação, saúde, emprego e habitação, incluindo mediação intercultural, e protocolos que facilitem o acesso a habitação condigna. -----

- - A necessidade de explicitar recursos financeiros e humanos, garantindo sustentabilidade até 2029. -----

- - E a clarificação do papel do CLAIM, cuja experiência prática deveria ter sido integrada de forma mais visível no Plano. -----

- - Estas recomendações não enfraquecem o documento, pelo contrário, reforçam-no, tornando-o mais operacional, mais transparente e mais eficaz. -----

- - Votamos, por isso, favoravelmente, confiando que estas melhorias serão incorporadas na execução e futura revisão do Plano. Queremos um concelho que não só acolhe, mas integra com justiça, igualdade e dignidade, garantindo que todos têm oportunidades reais de contribuir para a economia, para a sociedade e para a vida cívica de Arruda dos Vinhos. -----

PONTO N.º 16 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026-----

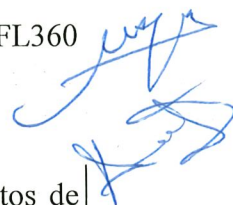
- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - “Hoje vai-se falar de conjunto de pontos relevantes, como é o Relatório, as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos, as atividades mais relevantes, o Orçamento por capítulo, o Orçamento e Plano em termos de orçamentação plurianual, o Orçamento propriamente dito, o resumo das despesas por classificação económica, da despesa por classificação orgânica, resumo orçamental das GOP - Grandes Opções do Plano e o Orçamento por decomposição extraplano, -----



- - Começou por agradecer a quem merece, e pior isso deu uma palavra de agradecimento à Divisão Financeira e de Recursos Humanos, na pessoa do chefe Bruno Anágua, “muito obrigado por todo este trabalho e empenho”.-----
- - Deixou também um agradecimento a todos os que contribuíram para este documento final que, no fundo, foi agregador e tem uma visão não capilar, mas sistémica daquilo que são as necessidades do concelho e que tenta ser um ponto de encontro daquilo que são as necessidades, primeiro que tudo, da população, mas também daquilo que são os entendimentos, dentro do possível, dos partidos que compõem o espectro partidário e também daquilo que são as Juntas de Freguesia que também foram chamadas a discussão, ou seja, foram feitas reuniões com todas as entidades partidárias e com as Juntas de Freguesia, para se chegar a este documento final.-----
- - Há sempre a necessidade de haver uma frase motivacional que seja mais consensual, neste caso a frase é de Barack Obama - “O futuro recompensa àqueles continuam a avançar”, e é essa a ideia, ou seja, avançar e caminhar juntos com um envolvimento que ponha sempre no centro as políticas públicas que se direccionam para o bem do concelho e da população. -----
- - Este é o primeiro Orçamento e GOP proposto pelo executivo municipal para o atual mandato autárquico. -----
- - É o maior Orçamento e GOP, desde sempre, com os macro números a aproximarem-se do valor de vinte e um vírgula nove milhões de euros. É um orçamento que apresenta uma vontade de ambição, de inovação e de ir mais além, como dizia a frase inicial. É um orçamento que embora não seja elástico, é fruto de um conjunto de opções, prioridades e majorações quer foram sendo encontradas no racional que é o supremo interesse da população. -----
- - É um orçamento que tem a capacidade de reforçar e valorizar os salários, reforçar as transferências para as juntas de freguesia, reforça as prestações sociais, reforçar o investimento municipal, tudo isso aliado ao pacote fiscal mais baixo de sempre.-----
- - Em relação às macro-rubricas, elas apresentam alguns aumentos significativos, tais como a segurança e ordem pública com um aumento de cento e setenta e cinco vírgula seis por cento, habitação, saneamento, águas RSU e ambiente com um aumento de vinte e oito vírgula três por cento, cultura, desporto, recreio e lazer com um aumento de oito vírgula dois por cento. -----
- - É um orçamento que alia um forte investimento público ao pacote fiscal mais “amigo” de sempre para as famílias e empresas do concelho, com um rumo e uma estratégia bem definidas, executando o Documento Estratégico Arruda2025, o PPIIRRC-23-25 e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações climáticas. -----
- - De seguida referiu quinze projetos em destaque (mas podiam ser muito mais): -----



- - Aumento do parque de habitação pública com quatro novas frações e projetos de execução para a escola de Alcobela; construção da rede de saneamento em baixa nas localidades de A-do-Mourão, Tesoureira, Vila Vedra e Camondes; projetos de execução das redes em baixa na zona antiga de Arruda dos Vinhos e Largo Humberto Delgado em Cardosas; construção de passeios e instalação semafórica de controlo de velocidade nas Corredouras; intervenções em todos os Centros Escolares; estudo de tráfego no Nó do Cabeço da Rosa; construção da seção descentralizada dos Bombeiros em Nossa Senhora da Ajuda; reforço das verbas para intervenções nos espaços verdes, nomeadamente nas urbanizações da Vila de Arruda; reforço das verbas e meios para a higiene urbana e recolha de monos, monstros e verdes; reforço de verbas na área da segurança rodoviária (reforço nas marcações rodoviárias e da sinalização vertical, bem como a instalação de almofadas redutoras de velocidade); intervenções ainda sobre as intempéries de dois mil e vinte e dois, nomeadamente na nova ponte nos Quatro Caminhos; requalificação e reconstrução do talude no Rossio das Cardosas; operação de reposição de legalidade urbanística no Palmeiro (“AUGI”). -----

- - Em relação às componentes do orçamento referiu que as receitas correntes são de dezassete milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezasseis euros, e as despesas correntes de quinze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros. No que diz respeito à receita de capital com o valor de dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e oito euros e a despesa de capital de cinco milhões, quinhentos e dezassete mil, quinhentos e quarenta e sete euros. Em relação à receita não efetiva há um valor de dois milhões e quatro euros, e a despesa não efetiva de setecentos e treze mil e dois euros. Com estes valores temos uma receita e uma despesa no valor de vinte e um milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e oito euros.-----

- - Em relação às GOP - Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis, há a perspetiva de melhoria contínua dos níveis de resposta às necessidades básicas da população; continuidade da intervenção ao nível da ação social e saúde; continuidade de esforços na contenção e racionalização de recursos, designadamente, pela modernização administrativa e aproximação do Município ao cidadão; razoabilidade dos níveis de endividamento municipal; cumprimento da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, bem como, a necessidade de reforço de saldos de fundos disponíveis; pautar pelo rigor e consolidação orçamental, tenho por meta um grau de execução orçamental superior a oitenta e cinco por cento. -----

- - Fazendo uma comparação face a dois mil e vinte e cinco, pode-se verificar que houve um aumento das receitas correntes no valor de dois milhões duzentos e cinquenta e oito

mil, houve uma redução e um ajustamento ao nível da despesa de mais um milhão e oitocentos e sete mil euros, ou seja, mais nove por cento. -----

- - Fazendo uma análise comparativa com o orçamento de dois mil e vinte cinco, no que diz respeito à receita vê-se que o total das receitas correntes em dois mil e vinte e cinco era de quinze milhões oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito euros, e em dois mil e vinte seis, tem um valor de dezassete milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezasseis euros, ou seja, mais quinze por cento. -----

- - Em relação ao total das receitas de capital em dois mil e vinte e cinco o valor era de dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete euros, para dois mil e vinte e seis existe uma verba de dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e oito euros, ou seja, mais seis por cento. -----

- - No que diz respeito ao total das receitas não efetivas, em dois e vinte e cinco era de dois milhões, seiscentos mil e quatro euros e em dois mil e vinte seis de dois milhões e quatro euros, ou seja, mais cem por cento. -----

- - No total das receitas em dois mil e vinte e cinco a verba era de vinte milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e para dois mil e vinte e seis vinte e um milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e oito euros, ou seja, mais nove por cento. -----

- - Assim, as GOP e o Orçamento para dois mil e vinte e seis pautam-se pelo rigoroso apuramento da receita, de acordo com a lei (execução dos últimos vinte e quatro meses), com um aumento da receita corrente em quinze por cento, devido, nomeadamente, ao aumento da cobrança de impostos, taxas e venda de bens e serviços; a um aumento das transferências correntes do Orçamento de Estado e transferência de competências (processo de descentralização). Em relação ao aumento da receita de capital em seis por cento e redução da receita não efetiva (empréstimos) tem a ver com o ligeiro aumento das transferências de capital prevista no Orçamento de Estado; com a previsão de montantes de co-financiamento aprovados (IHRU, DEDER e Contratos-Programa); a consideração do valor do empréstimo de médio-longo prazo contratado em dois mil e vinte e três, até ao limite máximo por utilizar de dois milhões de euros. -----

- - Fazendo uma análise comparativa com o orçamento de dois mil e vinte e cinco, no que diz respeito à despesa, verifica-se que o total das despesas correntes em dois mil e vinte e cinco era de quinze milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e três euros e em dois mil e vinte e seis de quinze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros, ou seja, mais quatro vírgula quatro por cento. -----

- - No que diz respeito ao total das despesas de capital em dois mil e vinte e cinco eram de quatro milhões, quinhentos e vinte mil, oitenta e seis euros e em dois mil e vinte e

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

seis de cinco milhões, quinhentos e dezassete mil, quinhentos e quarenta e sete euros, ou seja, mais vinte e dois vírgula um por cento.-----

- - Em relação ao total das despesas não efetivas, em dois mil e vinte e cinco eram de quinhentos e setenta mil euros e em dois mil e vinte e seis de setecentos e treze mil e dois euros, ou seja, mais vinte e cinco vírgula um por cento. -----

- - No total das despesas em dois mil e vinte e cinco a verba era de vinte milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e para dois mil e vinte e seis vinte e um milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e oito euros, ou seja, mais nove por cento. -----

- - Assim, o aumento da despesa corrente em quatro vírgula quatro por cento, é devido a um aumento das despesas com pessoal (aumento da base remuneratória, aumento do número de trabalhadores e subsídio de penosidade/insalubridade); acréscimo das despesas com aquisição de bens e serviços (conservação e reparação, trabalhos especializados, etc) e com juros; acréscimo das despesas relacionadas com o processo de transferência de competências nas áreas de saúde e ação social; acréscimo com transferências (acima do valor estimado da inflação) e com o aumento das transferências para as juntas de freguesia; aumento das transferências para as famílias; aumento das transferências para instituições (AHBVAV mais quatro vírgula dois por cento); aumento das transferências para entidades sem fins lucrativos (descarbonização das frotas). -----

- - As despesas de capital têm um aumento de vinte e dois vírgula um devido a atrasos na execução de alguns projetos, especialmente com recurso a contratos-programa (Intempéries dois mil e vinte e dois), elaboração de projetos e obtenção de pareceres junto da APA - Agencia Portuguesa do Ambiente e PRR para a habitação; opção de recorrer a financiamento bancário, com recurso ao empréstimo de longo prazo, celebrado no final de dois mil e vinte e três. -----

- - O aumento da despesa não efetiva em vinte e cinco vírgula um por cento, refere-se a amortizações de capital de empréstimos. -----

- - Esta foi a apresentação que fez sobre os documentos previsionais para dois mil e vinte e seis. É um orçamento equilibrado, que investe no futuro e que protege o presente. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

“A bancada do Juntos por Arruda, gostaria de solicitar o seguinte esclarecimento ao executivo da Câmara Municipal. -----

- - Para efeito de uma apreciação devidamente fundamentada dos documentos previsionais apresentados pelo executivo a esta assembleia, a bancada do Juntos por Arruda, gostaria de saber qual a projeção de crescimento da população para dois mil e



vinte e seis previsto nos documentos previsionais, bem como outros pressupostos relevantes que permitam compreender o documento apresentado.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - “A 12 de Outubro de 2025, o povo foi às urnas e decidiu de forma soberana em renovar a confiança ao Partido Socialista para continuar a dirigir os destinos do nosso concelho. Recebemos humildemente o mandato que nos foi confiado e prometemos construir futuro para Arruda dos Vinhos.-----

- - Este novo ciclo que agora se inicia sucedeu a outro ciclo, um ciclo que começou com uma herança pesada e que, com muito trabalho árduo, foi paulatinamente sendo resolvida, sem descurar o muito que havia para fazer para que a nossa terra não perdesse o comboio do desenvolvimento. -----

- - E por termos feito o nosso trabalho, é que podemos hoje estar a discutir um orçamento municipal de quase 22M€ para 2026, quando em 2014 era cerca de 10M€, com grilhetas impostas por essa herança pesada.-----

- - A nossa filosofia é simples: resolver os problemas do passado e do presente, planear o rumo futuro e definir o melhor modo de o atingir, nunca pondo em causa a sustentabilidade financeira e hipotecando o futuro. Assumimos por inteiro, gostamos de filosofia, gostamos da nossa filosofia, não temos vergonha da nossa filosofia, e cerraremos fileiras para aplicar a nossa filosofia, enquanto o Povo quiser. Adiante!-----

- - Este Orçamento e GOP é o reflexo do programa eleitoral maioritariamente sufragado pelos Arrudenses, que bebeu os seus contributos do Plano Desenvolvimento Municipal Arruda 2025 e 2035. -----

- - Não obstante um terço do orçamento estar alocado à área de pessoal, um valor que reflete um comprometimento com o maior ativo de qualquer instituição, há também um esforço considerável para perseguir os objetivos que nos propusemos e para responder às necessidades das populações -----

- - Destacamos o investimento previsto em Proteção Civil, nomeadamente com a Secção Descentralizada dos Bombeiros na Nossa Senhora da Ajuda, uma questão de justiça territorial para as freguesias de Arranhó e São Tiago dos Velhos e para o reforço de meios dos Bombeiros. -----

- - A continuação e reforço dos nossos programas sociais e educacionais continuam presentes neste orçamento e a nossa marca de um concelho mais solidário e inclusivo é uma bandeira a manter.-----

- - Na área da Saúde, irá continuar o investimento nas infraestruturas de Saúde, em Arranhó e Arruda dos Vinhos, conforme previsto e necessário. -----

- - Mais habitação pública em Arruda e nas Cardosas, num pequeno sinal do que queremos para o concelho.-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

- - Mais saneamento com o arranque das obras em Á-do-Mourão, passando depois para Tesoureira, Vila Vedra e Camondes.-----
- - Uma nova ponte nos Quatro Caminhos, melhor que a que anteriormente existia.-----
- - Um concurso publico internacional, uma promessa na campanha eleitoral, para a melhoria das telecomunicações no concelho, para que a fibra e rede móvel chegue a todo lado, com o Município a assumir um esforço financeiro para que tal seja realidade. O lançamento de um concurso de ideias para a requalificação do Pavilhão Multiusos, também uma promessa eleitoral, será o início do processo de adequação e modernização do equipamento às exigências atuais e futuros no Concelho para este tipo de equipamento, para que Arruda dos Vinhos possa ter um local para conviver, confraternizar e receber os nossos habitantes e os nossos convidados. -----
- - Isto tudo e muito mais, com um continuo investimento nos equipamentos municipais, em viaturas, em redes de abastecimento de água, etc. -----
- - Um orçamento e as respetivas GOP são o instrumento primordial de gestão local e este é o primeiro de um caminho de quatro, que ajudarão a consolidar os bons resultados apresentados pela gestão autárquica nos últimos 12 anos, reforçando o sucesso e a atratividade que o território teve, facto reconhecido por várias entidades independentes e pela cada vez maior população e tecido empresarial existente no concelho. -----
- - Este Orçamento e GOP têm o nosso voto de confiança. É um bom começo.-----
- - Estamos no caminho certo. Estamos a construir futuro.”-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Respondendo ao deputado Pedro Lourenço, do ponto de vista do apuramento da projeção da receita a pergunta que fez, referiu que a interferência é devido às regras impostas no que diz respeito à dimensão financeira das autarquias locais, mas pode interferir é na discussão do orçamento, porque existindo crescimento é expectável um desvio positivo, nomeadamente na cobrança de receita, no entanto, o que eu lhe posso dizer do ponto de vista demográfico é que há um crescimento médio anual próximo de mais de dois vírgula dois por cento, portanto, o que temos do ponto de vista populacional para o Conselho de Arruda dos Vinhos em dois mil e vinte e um é de treze mil novecentos e noventa e dois habitantes, dados do INE, em dois mil e vinte e dois há uma estimativa mais recente de catorze mil oitocentos e cinquenta e cinco habitantes, e há os indicadores de variação de dois mil e dezoito / dois mil e vinte e dois que indicam este crescimento médio anual próximo dos dois vírgula dois por cento. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

- - O Senhor Presidente fez uma vasta apresentação sobre as despesas e os investimentos que estão previstas no orçamento, mas foi mais parco em esclarecimentos no que diz



respeito às receitas. Considerando o aumento previsto que nas acabou de apresentar relativamente à estatística de aumento de dois virgula dois por cento da população, mas gostaríamos de saber como é que são gerados aumento das receitas previstas no orçamento de dois mil e vinte e seis, quando comparado com o de dois mil e vinte e cinco, nomeadamente, quanto aos impostos indiretos em crescimento de dezassete por cento no IMT, nas taxas e outras penalidades com um crescimento acima dos vinte por cento nos impostos diretos, um crescimento de vinte e um por cento na água, vinte e quatro por cento no saneamento, vinte e dois por cento nos resíduos sólidos e dezoito por cento na tarifa de disponibilidade de água. -----

- - Considerando que a evolução prevista da população, não justifica o crescimento destas rubricas, e considerando que o documento apresentado é omissivo na forma de execução destas receitas, gostaríamos de saber como é que elas serão executadas e se existe algo que não esteja a ser informado aos arrudenses. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que a resposta à questão, resume-se a uma só frase: “Sabe como é que é feito o apuramento da receita? Então vou-lhe explicar que o apuramento da receita é feito com base na cobrança dos últimos vinte e quatro meses, ou seja, é feito de acordo com o enquadramento legal para as autarquias locais, portanto tudo o que disse não põe em causa tudo o que está apresentado neste documento.” -----

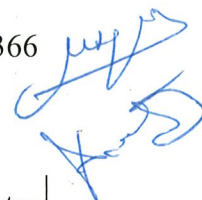
- - De seguida o Presidente da Câmara, passou a palavra ao Chefe da Divisão Financeira e de Recursos Humanos (DFRH), Dr. Bruno Anágua, para complementar a informação.

INTERVENÇÃO DO CHEFE DA DFRH -----

- - O apuramento da receita resulta da média dos últimos vinte e quatro meses, até à data da elaboração do orçamento. O apuramento, desta forma, é obrigatório e decorre do regime financeiro das autarquias locais, não há outra hipótese, e não se pode aumentar, só é permitido diminuir, mas normalmente acaba por ser uma estimativa até conservadora, daí que, nos últimos anos, tenha havido também uma taxa de cobrança acima da estimativa, e acaba por ser conservador porque tem havido uma trajetória crescente, não só da economia, mas também das taxas de cobrança que pode influir também algum crescimento da população com mais impostos. -----

- - Não há nenhum empolamento e até acaba por ser um travão, e quando se fala em vinte por cento, referiu que face ao que foi orçado em dois mil e vinte e cinco, por força um pouco do IMT, por causa de algum dinamismo do mercado imobiliário, há já uma cobrança excessiva de dezanove por cento, face ao que estava projetado. -----

- - Há duas ou três rubricas que não são com base na média, e decorrem das transferências correntes ou de capital que têm que ter algum suporte do Orçamento de Estado, de Contratos-programa ou financiamentos que estejam firmados para ter uma



base mais palpável, estes são os únicos a que não se recorre á médias dos vinte e quatro meses.-----

- - Foi deliberado, por maioria, com nove abstenções da bancada do Juntos por Arruda, duas abstenções do Chega e uma abstenção da CDU, aprovar os documentos previsionais a vigorar em 2026, a seguir discriminados e que desta são parte integrante como anexo: -----

- - 1. Relatório -----

- - 2. Grandes Opções do Plano (GOP) -----

- - 3. Plano Plurianual de Investimentos (PPI) -----

- - 4. Atividades Mais Relevantes (AMR) -----

- - 5. Resumo do Orçamento -----

- - 6. Resumo do Orçamento por capítulo -----

- - 7. Orçamento e plano orçamental plurianual -----

- - 8. Orçamento completo -----

- - 9. Orçamento completo (com anos seguintes) -----

- - 10. Resumo da despesa por classificação económica -----

- - 11. Resumo da despesa por classificação orgânica -----

- - 12. Resumo orçamental das GOP -----

- - 13. Orçamento (decomposição extra-plano)-----

Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda-----

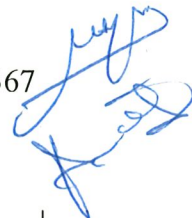
- - “Os documentos previsionais de 2026 apresentam um cenário idílico de descida de impostos e crescimento das receitas, sustentado no aumento da população. No entanto, como a experiência demonstra, este tipo de projeção não se materializa automaticamente e carece de fundamentação realista, tornando o cenário apresentado pouco credível. -----

- - A realidade é que aumento de 9% das receitas sai, como seria de esperar, do bolso dos arrudenses! -----

- - Só em Água, Saneamento, Resíduos Sólidos e Tarifas de Disponibilização de Água os arrudenses vão pagar mais 667 Mil Euros, se acrescermos os 360 Mil Euros de IMT é fácil de perceber que os arrudenses vão pagar mais 1 Milhão de Euros do que pagavam em 2025.-----

- - E é esta a verdadeira justificação do maior orçamento de sempre da Camara de Arruda dos Vinhos! É feio que isto não seja claro no documento apresentado a esta assembleia e à população. E para que vão servir os impostos adicionais?-----

- - Para aumentar despesa fixa, de necessidades pouco justificada, que penhora o futuro de Arruda e dos Arrudenses! -----



- - Isto, por si só, é motivo suficiente para o Juntos por Arruda não votar a favor dos documentos previsionais para 2026. -----
- - Não obstante este é o primeiro orçamento do mandato do Sr. Presidente e do seu executivo, eleito pelos arrudenses em nome próprio. -----
- - Neste orçamento e nas GOP estão várias medidas que foram apresentadas aos arrudenses durante a campanha e mereceram o seu voto de confiança, e que o Juntos por Arruda também considera necessárias! -----
- - Verificamos não entanto que muitas das promessas eleitorais ainda não tiveram resposta neste orçamento. -----
- - Verificamos também que este documento é omissivo quanto ao grande plano transformador apresentado em campanha eleitoral que iria colocar Arruda no mapa! ----
- - Este é vincadamente um documento de continuidade e de repetição de promessas antigas, é um documento para a Arruda do Passado sem ambição para uma Arruda do Futuro. -----
- - O Juntos por Arruda quer que o executivo tenha as condições necessárias para a implementação do seu manifesto eleitoral. -----
- - No entanto esta abstenção não deve ser confundida com um voto cego de confiança, mas antes como um olhar atento sobre o desempenho do executivo que permita a execução das medidas que tardam e que aos arrudenses tanto necessitam!” -----

PONTO N.º 17 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LCP -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----
- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----
- - O Presidente da Câmara fez uma breve apresentação sobre o ponto. -----
 - - Foi deliberado, por maioria, com duas abstenções da bancada do Chega e uma abstenção da bancada da CDU, aceitar a autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA, relativamente ao Presidente da Câmara:
- - 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: -----
 - - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e/ou no Orçamento Municipal; -----
 - - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----
 - - 2 - A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número



Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

- - O orçamento deste período económico que se está a terminar agora e o outro que se vai encetar, dá a possibilidade de fazer este desagravamento fiscal, mas não significa que isto seja eterno, não quer dizer que para o ano, por esta altura, se esteja a falar com o mesmo enquadramento e com a mesma linha de continuidade de desagravamento, não é esse o compromisso.-----

- - Quando falamos em desagravamento fiscal o que se está a propor é, em termos de IMI, reduzir a taxa para zero vírgula trezentos e sessenta por cento, mas continuaremos a apoiar as famílias com dependentes a cargo e manter a redução de trinta euros para agregados familiares com um dependente a cargo, setenta euros para dois dependentes e cento e quarenta euros para agregados com três ou mais dependentes a cargo, em termos de IRS, uma redução da taxa de comparticipação para três vírgula sessenta e cinco por cento, obviamente que isto tem uma quebra de receita que está identificada. -----

- - Depois do ponto de vista da derrama irá manter-se a isenção da taxa de derrama para as empresas cujo volume de negócios, no ano anterior, não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, mantem-se a isenção de derrama por três anos para as empresas que se estabeleçam no concelho e que criem e mantenham, pelo menos três postos de trabalho, e para as empresas cujo volume de negócios seja superior a cento e cinquenta mil euros reduziu-se a taxa para um vírgula quatro por cento. -----

- - No que diz respeito à taxa municipal de direitos de passagem é proposto a isenção de cobrança desta taxa à semelhança do que se tem registado nos últimos anos. -----

- - Este pacote fiscal, se for aprovado, entra em vigor em dois mil e vinte e seis e abdica conscientemente, sem pôr nada em causa uma política estratégica, um acumular de cerca de um milhão duzentos e oitenta mil euros de receita potencial comparativamente a se tivesse sido aplicado as taxas mais elevadas previstas na lei. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA ANA CRISTINA PINTO-----

- - “A bancada do PS enaltece e agradece ao executivo, o pacote fiscal apresentado, para o ano de 2026. -----

- - No ano em que o município tem disponível a maior verba de sempre para o orçamento, é de louvar que o supremo interesse da população tenha sido elencado como a principal prioridade. Não taxando os munícipes, pela taxa máxima, IRS, IMI, derrama e isentando as pequenas empresas (com um orçamento abaixo dos 150 mil euros) que se estabeleçam no concelho, o executivo municipal investe, de forma indireta, cerca de 1 milhão e 218 mil euros na economia local, promovendo um alívio fiscal para as famílias, que podem assim colmatar algumas das dificuldades sentidas nos seus orçamentos familiares, possibilitando um incentivo à fixação de novas empresas, visando a criação de postos de trabalho que perdurarão no tempo, por outro

anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

- - 3 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

PONTO N.º 18 - PACOTE FISCAL PARA 2026 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Este documento tem um conjunto de medidas que têm um racional que é dividido entre aquilo que é um desagravamento que permite também benefícios diretos para as famílias e depois também para as empresas. -----

- - Tem um impacto positivo nas famílias e empresas não comprometendo a capacidade financeira do município, no contexto em que o orçamento municipal cresceu cerca de dois milhões de euros, face ao ano anterior, portanto, é possível verificar, através de informação periódica habitual sobre a execução orçamental, e os reportes financeiros também permitem essa informação, portanto, há uma motorização que é possível fazer para justificar precisamente, o que acabou de dizer. -----

- - Seria estranho que quando temos o maior orçamento municipal de sempre, que tem ambição e inovação, não aproveitar para fazer, face a esse equilíbrio financeiro, não fazer este desagravamento fiscal que, não será compensado no futuro com aumento de taxas, cortes em serviços ou redução de investimento, ou seja, não há aqui nenhuma contrapartida posterior, não está aqui numa política de dar com uma mão e de tirar com outra, portanto, há uma possibilidade que permite ser consequente com aquilo que são os compromissos que estão em orçamento e nas GOP e que também estão plasmados no pacote fiscal. -----

- - Esta redução fiscal é uma melhoria efetiva do bem-estar dos arrudenses sem comprometer da gestão municipal futura. -----

- - Esta política fiscal, será acompanhada de uma análise rigorosa da sua sustentabilidade a médio prazo, uma avaliação permanente do equilíbrio entre a perda de receita e a capacidade de manter estes investimentos estruturantes que não vão ser postos em causa, também os apoios sociais e as políticas municipais de desenvolvimento não vão ser postas em causa em linha com uma gestão responsável, transparente e financeiramente sustentável. -----

lado, apoia também, as empresas já existentes e as que têm um orçamento mais elevado com uma taxa reduzida. -----

- - O pacote fiscal, apoia também, os agregados familiares, reduzindo os valores de IMI a pagar, consoante o número de dependentes de cada agregado familiar. -----

- - Por outro lado, abdica, também, das taxas dos direitos de passagem para que possa existir um reforço de serviços, nomeadamente das telecomunicações. -----

- - Estamos no bom caminho... -----

- - Este é o pacote fiscal que visa o investimento no concelho, nas pessoas, nas famílias e nas empresas, o que permitirá continuar a construir futuro!"-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - "Relativamente à rubrica do pacote fiscal, nós gostaríamos de perceber um bocadinho aqui as percentagens em pormenor e em números absolutos. O pacote fiscal apresenta uma redução da taxa de IMI de zero vírgula trezentos e sessenta e cinco para zero vírgula trezentos e sessenta por cento, o que representa uma redução de cerca de um virgula quatro por cento em valor absoluto, mas considerando esta redução o que é que justifica a diminuição na receita de IMI que o executivo pretende gerar de dois mil e vinte e cinco para dois mil e vinte e seis, na ordem dos oito por cento, ou seja, porque é que é a receita diminui cinco vezes mais do que a redução da taxa que lhe dá origem. --

- - Por outro lado, o pacote fiscal apresenta uma redução da taxa de participação do IRS de três vírgula setenta por cento para três vírgula sessenta e cinco por cento, o que representa uma redução de cerca de um vírgula quatro por cento. Considerando esta redução, o que é que justifica um aumento de dez por cento na previsão de receita com a participação fixa do IRS, ou seja, porque é que a receita cresce substancialmente, apesar da redução desta taxa."-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Agradeceu a intervenção da Deputada Ana Cristina Pinto que, no fundo, acabou por responder à Deputada Raquel Carvalho, e "o que lhe tenho para dizer é que é uma aposta política para as famílias e para as empresas, os números são os que estão apresentados na proposta, aquilo que é a perda de receita já o disse na minha intervenção inicial, mas podemos estar em desacordo, a coligação tem liberais na sua constituição e eu pensaria que ficariam contentes por estarmos a investir nas empresas, não estaria à espera de elogios, não vou tão longe, mas até se pode dizer com alguma ironia, mas também com alguma propriedade, que é um pacote fiscal liberal, ou seja, quando há um binómio que são as família que ficam com mais poder de compra, quando se fala das empresas e tornar o concelho mais atrativo para captar investimento e quando, estamos a falar em distribuição de riqueza, eu acho que, quase que me atrevo a dizerm, que é um pacote fiscal mais liberal do que socialista. -----

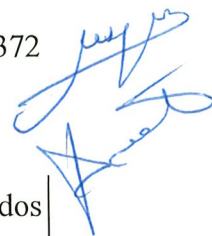
- - Eu também já disse uma coisa que é muito importante, ou seja, não há aqui uma linha de continuidade e terminei a minha intervenção dizendo isso, mas pode ter passado despercebido, mas é importante, há aqui uma bússola financeira, ou seja, nós queremos dinamizar a economia, e isso faz-se pelas relações que se estabelecem em termos de capacidade de consumo, com este pacote fiscal estamos a injetar na economia todo este capital que já foi mencionado por mim e por vós, queremos que as famílias venham para o concelho e que se fixem no concelho, não queremos perder os nossos jovens, não queremos perder população, não queremos perder empresas, e por isso a aposta é clara, é um pacote que pretende tornar o concelho atrativo, competitivo e, obviamente, isso tem um preço que foi identificado por todos nós. O que me preocuparia, e eu também salientei isso na minha intervenção, era se face a essa quebra de receita deixasse-mos de fazer projetos, se deixasse-mos de ter medidas sociais, se deixasse-mos de ter investimento no território, mas a resposta é não essa, nada disso vai acontecer e a garantia é que temos capacidade financeira para ter esse esforço, é o maior orçamento de sempre em Arruda dos Vinhos, queremos dinamizar, queremos aquilo que estava da frase de Barack Obama, "O futuro constrói-se", mas o futuro também tem um preço e também tem prioridades, esta é uma prioridade tão importante como é a aposta na educação, como é a aposta no saneamento e que exige perder receita, e essa receita foi estabelecida como possível de perder, para o ano por esta altura, podemos estar a ter uma conversa completamente diferente, e eu vir dizer que este ano não é possível.-----

- - Depois, também quero referir que houve um compromisso eleitoral de desagravamento fiscal, portanto, estou a ser consequente com os que votaram no projeto do Partido Socialista, de forma majoritária." -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

- - "Registo com muito carinho uma redução de impostos que denominou liberal, no entanto, queria apenas deixar duas ou três notas. O Juntos Por Arruda é um conjunto de várias forças políticas, e todos nós estamos em concordância com este pacote fiscal, portanto, nem sempre quando a oposição coloca perguntas ao executivo são perguntas sobre ataque. A pergunta que colocámos era uma pergunta técnica, nós até vamos votar a favor a este pacote fiscal porque, obviamente, nós somos a favor da redução de impostos e, quando eu digo nós, digo iniciativa liberal digo o PSD digo o CDS e digo todos os independentes que também fazem parte desta coligação. -----

- - Nós fizemos uma pergunta técnica à qual não respondeu, portanto, eu volto a reforçar. Há uma redução de cerca de um vírgula quatro por cento na taxa do IMI, mas depois há uma redução de oito por cento na arrecadação dessa receita, portanto, há aqui dados financeiros que nós não conseguimos compreender, e fizemos a pergunta com uma base de sustentabilidade e de alguma preocupação para perceber, porque vai entrar



menos dinheiro, apesar de ser o maior orçamento de sempre, mas estamos preocupados com este valor, porque depois também vê-se as despesas a subir consideravelmente, é só isto, nós estamos preocupados com a sustentabilidade, mas, obviamente, somos a favor do pacote fiscal.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - “Não estava planeado intervir neste ponto, mas não consigo deixar passar em claro esta contradição que acabou de ser dita agora. A Deputada Rita Nunes diz que está preocupada com a cobrança dos impostos e das receitas, mas esteve a ler uma declaração de voto, no ponto do Orçamento, onde diz que se tem o maior orçamento de sempre porque se foi sacar dinheiro às famílias, no IMT, ou seja, não podemos ter “sol na eira e chuva no nabal”. Ou se define que este executivo tem um orçamento onde está a sacar receitas, ou depois vêm dizer que estão preocupados com a sustentabilidade do orçamento.”-----

INTERVENÇÃO DO CHEFE DA DAFH-----

- - “Só para tentar clarificar, não quero complicar nada. Houve uma comparação com o orçamento, mas não podemos fazer essa comparação, e vou voltar a falar sobre a média dos vinte e quatro meses, e como já disse não se pode ir além disso, mas, de facto, quando se está a estimar, em base de orçamento, a média é dos vinte e quatro meses, dando um exemplo, na comparação que foi apresentada no orçamento os impostos diretos para dois mil e vinte e cinco estavam na ordem dos quatro milhões seiscentos e trinta mil, e para dois mil e vinte e seis estavam em cinco milhões e sessenta e cinco mil, havendo um acréscimo de nove vírgulas quatro por cento, ou seja, quatrocentos e trinta e quatro mil euros. Isto resulta exatamente da média dos vinte e quatro meses que foi implementado para calcular estes montantes. -----

- - Se não existisse essa regra, poder-se-ia ser um pouco mais ambicioso e, em vez de se estar a prever cinco milhões e sessenta e cinco mil euros, podia-se ter ido até ao que está a ser cobrado atualmente. -----

- - Depois, quando olhamos para o pacote fiscal, aí sim, podemos, ver qual o impacto que tem uma redução de zero vírgula zero cinco do IMI, tem que ser feita uma regra de três simples face ao que foi apurado este ano, ou seja, que foi liquidado e cobrado este ano, não se pode olhar só para a redução em si, porque o que é apresentado é face àquilo que foi cobrado efetivamente este ano, e é expectável que, no próximo ano, até haja uma trajetória que quase se mantenha nos mesmos níveis, apesar de haver uma redução de zero vírgula zero cinco na taxa. -----

- - Na participação do IRS é diferente, até existe uma diferença de quase dois anos na receita, ou seja, só se inclui a participação de IRS com base naquilo que nos é

transferido pelo Orçamento de Estado, mas a taxa vai incidir no próximo ano, mas só no ano seguinte é que se irá receber do Orçamento de Estado.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

“Muito obrigado, Dr. Bruno, de facto, esta era a explicação técnica que nós procurávamos ver tanto neste ponto como no ponto do orçamento. O que entendi da explicação é que as variações que estamos a analisar, e quando comparamos para os números do orçamento de dois mil e vinte e seis, com o orçamento de dois mil e vinte e cinco, mostram variações que não estão corretas porque a expectativa de execução para o ano de dois mil e vinte e cinco, por exemplo, no valor de água não são aquelas que estão no orçamento, mas serão acima do valor que está no orçamento. -----

- - Não obstante, nós trabalhamos com base na informação que nos foi disponibilizada, e a sugestão que damos, se puder ser acolhida, é que, nos próximos documentos, o que devemos considerar como comparativo será a expectativa de execução do ano e não um orçamento que parece que nos leva a fazer análises que não são corretas.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - “Só em modo de comentário, e pode ser fruto da minha ignorância, mas gostava de perguntar ao Dr. Bruno Anágua (Chefe da DFRH) se houve algum incumprimento e se há mais alguma informação que seja necessário para a análise destes documentos previsionais e pacote fiscal e que não tivesse sido facultada? -----

É que com o comentário do Deputado Pedro Lourenço, fica aqui insinuado que não teve acesso a toda a informação que era necessária para análise dos documentos previsionais e pacote fiscal, e isso eu não posso dizer que esteja correto e acabei de ter a informação do responsável pela parte financeira do município que diz precisamente isso.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

- - Não foi isso que eu disse, não foi isso que eu quis dizer, o que eu pretendia dizer é que, de facto, faz mais sentido comparar os números de orçamento de dois mil e vinte e seis com a expectativa de execução, e a expectativa de execução, são, salvo erro, de análise, não estava incluída nos documentos que foram facultados.” -----

INTERVENÇÃO DO CHEFE DA DFRH -----

- - “A comparação é feita numa base de expectativa legal, eu posso me atrever a pensar que podemos ir um pouco mais além nalgumas receitas e a tendência tem sido essa, mas lembro-me de outros anos em que não foi possível, porque houve uma troika que inverteu tudo, e por isso a expectativa é sempre um pouco difícil de fazer e acaba por ser um pouco numa base pessoal e ir um pouco além daquilo que é o espírito que está definido nas regras previsionais, quando fazemos a comparação é com aquilo que temos mais certo, que são exatamente essas as regras previsionais, e quando comparamos, comparamos com expectativa de há um ano, tem sido essa a forma, tudo o que vier a

partir daí é um pouco mais além, mas com algumas falhas porque acaba por ser mais uma projeção, mas que não tem uma base legal propriamente dita.”-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Fazendo um resumo, em forma de esclarecimento futuro, porque estas coisas ficam todas registadas em ata, o que está a ser feito está a ser feito dentro daquilo que é a metodologia que tem sido habitual para o pacote fiscal, não há aqui nada de novo, há um conjunto de regras previsionais que são seguidas, há apuramento da receita com base nos últimos vinte e quatro meses, e há uma aposta política de desagravamento fiscal, portanto, é tão simples quanto isso, podemos andar aqui às voltas, mas metodologicamente o que está a ser feito para este este pacote fiscal é o que tem sido sempre habitualmente e é feito segundo aquilo que são as regras para a construção do pacote fiscal para o município.” -----

- - Foi deliberado, por maioria, com duas abstenções da bancada do Chega-----

- - 1 - Aprovar para o ano de 2026, o pacote fiscal municipal nos seguintes termos:-----

- - 1.1. Nos termos do CIMI a fixação em 2025 da taxa de 0,360% para prédios urbanos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI. -----

- - 1.2. Assumindo que, por força das medidas previstas nos últimos Orçamentos de Estado, já existe uma isenção automática que beneficia os agregados com maiores dificuldades económicas, aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI, que sejam fixadas as seguintes taxas de redução da taxa de IMI:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em euros)
1	30
2	70
3 ou mais	140

- - 1.3. A aplicação do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, que eleva as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos dos prédios em ruínas; e, adicionalmente, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, estabelecer um agravamento fiscal, mediante a majoração de 30% da taxa de IMI, a aplicar sobre os prédios degradados situados dentro das Áreas de Reabilitação Urbana em vigor no Concelho de Arruda dos Vinhos;

- - 1.4. Aprovar a derrama a fixar no exercício de 2025, fixando as seguintes percentagens: -----

- - a) 1,4% para sujeitos passivos cujo volume de negócios do ano anterior seja superior a €150.000,00; -----

- b) Isenção para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior seja igual ou inferior a €150.000,00. -----
- 1.5. Aprovar ainda a isenção do pagamento de derrama pelo período de três anos, para as empresas que se fixem e estabeleçam a sua sede no concelho em 2026, desde que criem e mantenham pelo menos três postos de trabalho. -----
- 1.6. Aprovar a participação de 3,65% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial do Município; -----
- 1.7. Aprovar a não fixação da TMDP, aliviando os munícipes desta obrigação; -----
- 2. A presente proposta seja submetida a deliberação da assembleia municipal, nos termos das alíneas b), c) e d), todas do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 3. Se comunique à Autoridade Tributária, através dos meios eletrónicos disponíveis para o efeito, a decisão da assembleia municipal relativa: -----
- 3.1. Ao IMI, até 31 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 14 do artigo 112.º do CIMI; -----
- 3.2. À derrama, até 31 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 17 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; -----
- 3.2. Ao IRS, até 31 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----
- 4. Se comunique à ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, a decisão da assembleia municipal relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem.-----
- Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda**-----
- “Votámos favoravelmente a redução de impostos incluída no presente pacote fiscal, nomeadamente a diminuição da taxa de 0,365% para 0,360%, por entendermos que representa um sinal positivo, ainda que contido, de alívio fiscal para famílias e empresas do nosso concelho. -----
- Reconhecemos que esta medida vai no sentido certo: reduzir a carga fiscal, devolver rendimento disponível aos cidadãos e criar melhores condições para a atividade económica local.-----
- No entanto, consideramos que esta redução fica aquém da ambição que o concelho necessita. A diminuição de impostos deve ser encarada como uma opção estratégica de médio e longo prazo, sustentada por uma gestão rigorosa da despesa pública e por uma visão clara de crescimento económico. -----
- Por isso, acompanhamos este voto favorável com a expectativa de que, nos próximos anos, os pacotes fiscais apresentados sejam mais ambiciosos na redução de impostos, de forma responsável, consistente e progressiva, tornando o concelho mais competitivo, mais atrativo e com maior liberdade económica.-----

- - O nosso compromisso mantém-se claro: menos impostos, melhor gestão e mais oportunidades para todos.”-----

PONTO N.º 19 - MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS PARA 2026-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - O Presidente da Câmara, fez uma breve explicação sobre o ponto.-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA FÁTIMA RABAÇAL-----

- - Questionou se dos quinze elementos indicados no documento, quais correspondem a novas contratações para novas funções na Câmara Municipal e quais dizem respeito à reposição de pessoal? No caso da oposição, quais os motivos que a justificam?-----

- - Verifica-se uma discrepância entre o orçamento que aponta para uma diferença de cinco pessoas, no pessoal constam dez pessoas, qual é afinal, o número correto? Se o número correto for dez ou cinco elementos em falta no orçamento estão contemplados nos cálculos financeiros e tratou-se apenas de um lapso, ou não foram efetivamente considerados?-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - Não sabe se apanhou todas as questões colocadas, mas propôs ler o descritivo do que está em causa, portanto, o que está em causa é dos trezentos e trinta e dois postos de trabalho constante na proposta deste mapa de pessoal, apenas duzentos e vinte e nove estão ocupados na presente data, e os trinta e três postos de trabalho previstos, e a prover para o próximo ano, estão distribuídos da forma que passou a explicar.-----

- - Há um lugar para o serviço municipal de proteção civil, um técnico superior para engenharia florestal, há um lugar para a informática e telecomunicações, um técnico de informática adjunto, um lugar para o gabinete de modernização e qualificação, um técnico superior, com eventual recurso a mobilidade, depois para a Unidade Administrativas e de Modernização, um assistente técnico com eventual recurso a mobilidade intercarreiras, nomeadamente na questão do arquivo, e mais um assistente técnico para o Balcão Único também com eventual recurso a mobilidade interna.-----

- - Depois para USSDA - Unidade Social, de Saúde, Desporto e Associativismo um assistente técnico, com eventual abertura para o quarto trimestre e mais dois técnicos superiores para o programa Radar Social, com eventual abertura para o segundo semestres.-----

- - Depois na UECTJ - Unidade de Educação, Cultura, Turismo e Juventude, um assistente operacional com mobilidade a decorrer com outra entidade, um assistente técnico para a biblioteca, com eventual recurso à mobilidade interna, mais um técnico

superior com eventual recurso a mobilidade intercarreiras e mais um assistente técnico para a biblioteca, com eventual abertura para o quarto trimestre ou mobilidade interna. -
- - Depois na DFRH - Divisão Financeira e Recursos Humanos, um técnico superior de contabilidade, com eventual recurso a reserva de recrutamento no primeiro trimestre, um assistente técnico para o aprovisionamento com eventual recurso à reserva de recrutamento no primeiro trimestre e um assistente técnico para licenciamentos com eventual recrutamento no quarto trimestre e um assistente técnico para substituição de um elemento que saiu, para o armazém com eventual recurso a reserva de recrutamento um primeiro semestre.-----

- - Para a DOAQV - Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida, um assistente técnico com eventual recurso mobilidade intercarreiras para as águas, três assistentes operacionais para o COM - Centro Operacional Municipal, para limpeza e conservação de vias e arruamentos com eventual abertura no quarto trimestre, um assistente operacional para pintura que está a decorrer neste momento, um assistente operacional de higiene e limpeza urbana que está a decorrer, dois assistentes operacionais para limpeza e conservação de edifícios que também está a decorrer, um assistente operacional para condução de máquinas que está a decorrer, e dois assistentes operacionais para condução de viaturas também a decorrer, um assistente operacional mecânico com eventual abertura no quarto trimestre, um técnico superior de Engenharia Civil com a eventual abertura no quarto trimestre.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos para 2026 -----

Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda-----

- - “A bancada do Juntos por Arruda, vota a favor do mapa de pessoal para de 2026, reconhecendo a sua relevância enquanto instrumento essencial de planeamento dos recursos humanos e de garante funcionamento regular dos serviços municipais. -----

- - Contudo, o nosso voto favorável é acompanhado para algumas reservas claras quanto ao volume de contratações previstas e à insuficiente fundamentação técnica detalhada que sustenta e de forma objetiva a criação de cada posto de trabalho proposto.-----

- - O mapa de pessoal apresentado aqui traduz-se ainda num aumento de 800.000 euros gastos fixos anuais com pessoal num encargo permanente e não variável que condicionará de forma continuada a margem de decisão orçamental do município nos próximos anos.-----

- - Nesse sentido continuaremos a acompanhar em especial atenção, a necessidade real e permanente de cada posto criado, a utilização prioritária de mecanismos de requalificação mobilidade e valorização dos recursos humanos existentes, a adequada

correspondência entre a carreira e categoria funções exercidas e, por último, o impacto financeiro futuro decorrente do aumento de efetivos. -----

- - O nosso voto favorável reflete assim um sentido de responsabilidade institucional acompanhado de uma exigência clara e de maior rigor, transparência e planeamento estratégico das decisões futuras relativas aos recursos humanos do município.” -----

Pedido de autorização para continuar a reunião -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Uma vez se está a aproximar da meia noite e meia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou autorização para continuar a reunião. -----

- - A bancada do Juntos por Arruda, solicitou interrupção dos trabalhos por cinco minutos para deliberar, o que foi concedido pela Presidente da Assembleia Municipal.--

- - Após a interrupção dos trabalhos, a Presidente da Assembleia, volta a pedir autorização para se continuar com a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, continuar a reunião. -----

PONTO N.º 20 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE ARRANHÓ -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente referiu que iria fazer a apresentação dos seguintes quatro pontos em conjunto. -----

- - Relativamente a este ponto referiu que ao longo da noite já se tem vindo a falar, nomeadamente quando foi feita a apresentação do orçamento e GOP, referenciando que tinha havido um grande incremento relativamente às transferências para as juntas de freguesia numa tentativa de as capacitar, não só com as responsabilidades, mas também com aquilo que são as possibilidades do ponto de vista dos recursos, para fazer face aos desafios. -----

- - É o maior reforço de sempre para as juntas de freguesia, como se disse na reunião de câmara relativamente a estas questões do orçamento e também estas questões e que fizeram referencia a Irene Lisboa com a frase: “Uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”, não faz muito sentido, porque mais uma vez é a terceira aposta, ou seja, é o maior orçamento de sempre, o maior desagravamento fiscal e a agora o maior reforço nas transferências para as juntas, portanto, não é bem uma mão cheia de nada e de coisa nenhuma, muito pelo contrário. -----

- - Este é o maior reforço de sempre, cerca de vinte e oito vírgula cinco por cento, é uma grande aposta nesta política de proximidade, portanto, está-se a falar num aumento de cinco por cento em todas as freguesias, mas para além disso, um aumento generalizado

em termos daquilo que são outras dimensões que, por vezes, não são muito tidas em consideração, mas que são despesa e investimento, nomeadamente a questão dos inertes com um aumento muito grande, há projetos que também tem esse investimento que são dinamizados pelas juntas e que sofrerão uma pequena afinação financeira. -----

- - Depois, uma questão que também foi aflorada na reunião de câmara erroneamente, que dá a sensação que houve um desinvestimento no ponto de vista dos recursos humanos, mas isso não é verdade, em todas as freguesias, existe um valor respeitante a mais um assistente operacional na base da carreira para cada freguesia. A questão aqui é outra, ou seja, há a dificuldade de contratação, e também a morosidade dos processos, o que faz com que as juntas percam capacidade de resposta e, face a isso, optou-se, em concertação com os senhores Presidentes de Junta, na transferência da verba para um assistente operacional, que pode ser gerida como a junta e o executivo da junta e o presidente da junta entender, quer para a contratação, quer para do ponto de vista de outsourcing. -----

- - Há uma oscilação muito grande referente ao diferencial entre dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, mas a mensagem que quer deixar é que há um esforço muito grande e uma aposta muito grande nas juntas de freguesia, que são a linha da frente e que este executivo quer que tenham recursos para ter boas respostas para os seus fregueses. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - “O Partido Socialista quer sublinhar e congratular que, ao maior orçamento municipal de sempre esteja associado a maior transferência para as juntas de freguesia de sempre. -----

- - Como o senhor Presidente afirmou, deu-se a possibilidade às juntas de freguesia de ficar com a capacidade financeira para optarem e poderem ter a possibilidade de escolher se querem contratar recursos próprios ou se querem ter a possibilidade de fazer empreitadas para os serviços que queiram fazer, e isso é muito importante para que as juntas tenham a possibilidade de ter, face às suas condições, uma gestão mais eficaz dos seus cursos.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA JOSÉ ANTUNES -----

- - Gostaria de saber qual a razão para a redução de um funcionário na Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que não houve redução de funcionários em S. Tiago dos Velhos. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS -----

“Só para esclarecer e ficar claro, que não foi só na Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos que houve uma redução de funcionários, na Freguesia de Arranhó e Arruda dos Vinhos também houve. -----

- - Nós tivemos a oportunidade de ler os documentos e, deu para avaliar os documentos deste ano e do ano passado e essa redução foi realmente efetiva.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ --

- - Referiu que gostaria de ajudar a esclarecer este tema, porque também foi algo, tal como a Presidente da Freguesia de S. Tiago dos Velhos, acabou de mencionar, que todos se debateram. -----

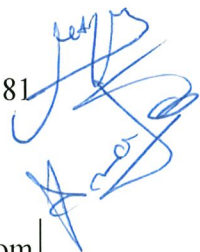
- - “A realidade, pelo menos falo por mim, e o que transmiti ao Senhor Presidente é que nem sempre é fácil as Juntas de Freguesia gerirem os funcionários adstritos, quando estão de baixa. A nossa realidade é muito diferente, então por isso houve esse entendimento, e aí eu prefiro congratular, em vez de fazer o contrário, ou seja, mais vale deixar a verba ao cuidado na freguesia para se poder contratar uma pessoa ou a freguesia poder adquirir um serviço externo, ou seja, pode utilizar essa verba da forma de que seja mais adequada. -----

- - Naturalmente que, qualquer Presidente de Junta, irá sempre achar que o acréscimo é sempre curto, e iremos sempre nos debater por isso, mas a realidade é que não há uma forma fácil para colmatar a saída e as baixas dos funcionários adstritos às juntas de freguesia, também percebo a parte do município, mas a realidade é que o mapa de pessoal do município não é elástico, por isso acredito que talvez tenha sido a melhor forma de colmatar essas ausências, visto que há incapacidade a nível do quadro de pessoal.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Gostaria de esclarecer, no sentido de se perceber uma coisa que é muito importante, e que é da mais elementar justiça, mas a verdade é o comentário da Presidente de Junta de S. Tiago dos Velhos, é bastante injusto e bastante desadequado à realidade, porque a verdade é que nunca se foi tão longe naquilo que é o reforço financeiro às juntas de freguesia, a verdade é que, do ponto de vista dos recursos humanos também se está a tentar melhorar e percebendo dessa necessidade que esteve em défice no passado, aliás, é o contrário do que foi aqui dito, o défice existiu no passado e este ano tentou-se corrigir, é precisamente, o contrário do que disse, gostaria de reforçar muito isto. -----

- - Houve várias coisas que ficaram em cima da mesa e, pela primeira vez, foi a possibilidade, com o respetivo envelope financeiro, de as próprias juntas terem a possibilidade de fazer a gestão dos próprios recursos humanos, e essa proposta foi colocada a todos, houve quem não quisesse, houve quem quisesse e, se leram com atenção, e pelos vistos fizeram comparativo, também devem ter reparado que, no caso



de Arruda dos Vinhos há uma adenda distinta das outras juntas, porque Arruda vê com bons olhos essa gestão que será efetivada em fevereiro e que depois terá a referida contrapartida financeira. -----

- - “Peço imensa desculpa Senhores Presidentes, mas é precisamente o contrário, no caso da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos até houve o cuidado, da minha parte, de fazer um telefonema para a Senhora Presidente para lhe dizer que havia um reforço, porque não havia aqui filhos e enteados e S. Tiago dos Velhos, tinha tanto direito como as outras juntas de freguesia. -----

- - A questão é que há essa dificuldade de contratação, não houve tratamento diferenciado, foi igual para todos, a única diferença foi a dar a possibilidade a todos de fazerem a gestão dos recursos humanos, nós facultávamos essa possibilidade, do ponto de vista financeiro e transferimos essa competência para a própria junta.-----

- - Face a essa dificuldade de contratação, não queremos as juntas em défice, queremos reforçar e queremos habilitar para gestão dos recursos humanos de uma forma mais célere, e a solução encontrada foi capacitá-los com mais um reforço financeiro, algo que nunca aconteceu antes.”-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - “Eu gostaria só de dar uma nota, para perceber se, na verdade, esta questão do valor de orçamento que foi disponibilizada à Junta de Freguesia, se tem o mesmo valor de custo pela perda desse recurso humano que está a ser posta aqui em causa. -----

- - Considero que, na verdade, outsourcing é mais caro e não quer dizer que o façam da melhor forma do que com recursos próprios. -----

- - Quero deixar aqui também outra nota, senti de alguma forma, um pouco de hostilidade no trabalho entre junta e câmara e isso assusta-me, considero que os presidentes de junta seriam sempre aqui uns “braços armados” do nosso executivo e, portanto, fico de alguma forma, preocupada ao ver uma reação, de que há informação que não estava bem esclarecida da parte dos nossos presidentes de junta, relativamente a terem perdido um funcionário. -----

- - Considero que o executivo camarário e as juntas de freguesia, são considerados trabalhos de equipa, se queremos chegar a todo o lado temos que criar, de alguma forma, “braços armados” e trabalhar em equipa.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

“Bem, eu penso que terminou da pior forma que podia ter terminado, porque se alguém que foi belicista foi a senhora deputada Raquel Carvalho, dizendo que é “um braço armado” se há algo que demonstra hostilidade e dizer que é “um braço armado”, não consigo ver nada mais belicista. -----

- - Quanto à hostilidade, eu estou habituado a ir a votos, portanto, estou habituado a ser avaliado, por isso, fico à espera que os Presidentes de Junta, digam de vossa justiça, se sentem hostilidade, se durante as reuniões não discutimos tudo e não fomos de encontro àquilo que foi o compromisso que falámos pessoalmente, dizendo a S. Tiago dos Velhos que aquilo que estava a ser proposto era para o mandato inteiro e queríamos ter em consideração, mas que seriam demasiadas propostas para fazer num só ano, dizendo que em relação a Arranhó, as questões dos inertes que queríamos aumentar tendo em consideração o novo fornecedor, tendo em consideração que Arruda dos Vinhos disse que a gestão dos recursos humanos podia ser feita pelos próprios, que Cardosas vendo quais as prioridades a estabelecer e as metas e os recursos que seriam necessários para isso. Digam-se se isto é hostilidade, quem não esteve nessas reuniões não sabe do que é que está a falar, se é real ou não, porque eu gosto de aprender, tenho sentido crítico e de evolução, mas se errei nalguma coisa estarei disponível. -----

- - Relativamente à questão do assistente operacional, está em base carreira, está cabimentado, está considerado com os Senhores Presidentes todos os encargos inerentes a essa contratação futura, mas o dinheiro fica lá para o usarem como bem entenderem e a questão da possibilidade de haver uma maior celeridade em termos de processos e maleabilidade.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRUDA DOS VINHOS-----

- - “Gostaria de dizer que a Junta de Freguesia de Arruda, foi referida devido à adenda, mas se calhar é importante explicar, até para dar mais ou menos a perceção de como é que as negociações decorreram.-----

- - Quando fomos falar com a Câmara Municipal, a junta de freguesia deu logo a entender que pretendia esta gestão de recursos humanos, porque no anterior mandato, nós tínhamos adstritos três recursos humanos, mas trabalhamos sempre com dois, ou seja, o terceiro elemento nunca existiu, também tenho conhecimento que, em S. Tiago dos Velhos, à dois mandatos, um dos elemento que estava adstrito foi de baixa e a câmara, fruto também daquilo que são as dificuldades nos recursos humanos, não o conseguiu substituir. Neste momento da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos tem um elemento adstrito, porque infelizmente, temos um dos elementos que está de baixa prolongada, fruto de doença e não houve ainda a capacidade nem a possibilidade da sua substituição. -----

- - Aquilo que foi proposto, e aí se calhar fomos um bocadinho mais ambiciosos, daí estar essa adenda, ou seja, quando se falou em passar estes valores para as juntas de freguesia é preciso ter em conta que pode não existir um acordo para o futuro, e a Junta de freguesia não pode ficar onerada com o mapa de pessoal, mas isso demora algum

tempo e é necessário haver negociações, e como o tempo é escasso, houve um compromisso de honra, e saúdo o Presidente por termos chegado a um entendimento e até o dia vinte e oito de fevereiro fecharmos aquilo que é um texto de um acordo que poderá depois servir de base para as outras juntas, para resolver esta questão da gestão dos recursos humanos que é um grande desafio para as juntas de freguesia. -----

- - Vou adiantar que, nas reuniões que foram tidas com a Câmara Municipal, foi colocado em cima da mesa, por parte desta junta de freguesia, assumir ainda mais competências, tal como estava no manifesto eleitoral da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos e, a resposta da Câmara não foi de fechar a porta, foi efetivamente de começar a trilhar um caminho, juntamente com a Junta de freguesia, para que essas competências possam ser assumidos com cabeça, pés e membros, portanto, acho que na questão da hostilidade, pelo menos da parte da Junta de freguesia de Arruda dos Vinhos, foi bem pelo contrário.” -----

- - Foi deliberado, maioria com nove abstenções da bancada Juntos por Arruda, aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Arranhó, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta -----

PONTO N.º 21 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE ARRUDA DOS VINHOS -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----

- - Foi deliberado, maioria com nove abstenções da bancada Juntos por Arruda, aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Arruda dos Vinhos, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta -----

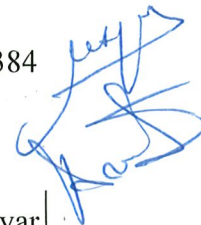
PONTO N.º 22 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----

- - Foi deliberado, maioria com nove abstenções da bancada Juntos por Arruda, aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Cardosas, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta -----

PONTO N.º 23 - ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS DE ARRUDA DOS VINHOS, COM BASE NO IPC - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro. -----



- - Foi deliberado, maioria com nove abstenções da bancada Juntos por Arruda, aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de S. Tiago dos Velhos, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta-----

Declaração de voto da bancada Juntos por Arruda-----

- - Os eleitos do Juntos por Arruda optaram pela ABSTENÇÃO na votação dos contratos de delegação de competências, por considerarem que o modelo apresentado não garante as condições necessárias para uma descentralização eficaz, justa e funcional.-----

- - A nossa posição é clara: defendemos mais competências para as Juntas de Freguesia, por acreditarmos que a proximidade aos cidadãos permite respostas mais rápidas, mais adequadas e mais eficientes. No entanto, essa transferência de responsabilidades tem de ser acompanhada pelos meios financeiros, humanos e operacionais indispensáveis à sua correta execução.-----

- - O contrato apresentado prevê a transferência de verbas, mas não assegura os recursos suficientes para responder ao aumento de tarefas e à crescente complexidade das funções atribuídas às Juntas. Verifica-se, inclusivamente, que neste ano existem freguesias com menos um trabalhador para executar responsabilidades que se têm intensificado, desde a limpeza urbana à manutenção de infraestruturas, passando pela gestão de espaços verdes e pelo apoio aos equipamentos educativos.-----

- - Não aceitamos uma descentralização meramente formal, que exista apenas no papel, sem condições reais para que as freguesias possam prestar um melhor serviço aos munícipes. Uma delegação de competências sem meios adequados acaba por fragilizar as Juntas, sobrecarregar os seus recursos e comprometer a qualidade do serviço público prestado.-----

- - Por estas razões, entendemos que o contrato agora apresentado fica aquém da visão que defendemos para o concelho. A nossa abstenção é, por isso, um sinal político claro de exigência e responsabilidade.-----

- - Reafirmamos que continuaremos a lutar por:-----

- - Mais competências para as Juntas de Freguesia-----

- - Mais financiamento adequado às responsabilidades transferidas-----

- - Mais recursos humanos-----

- - Uma descentralização que funcione de facto, e não apenas em teoria.”-----

PONTO 24 - ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS DE ARRUDA DOS VINHOS, COM BASE NO IPC - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de dezembro-----

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

- - o Presidente da câmara fez uma breve explicação sobre o ponto. -----
- - Foi deliberado, por unanimidade, nos termos do número 1 do Artigo 50.º do Regulamento de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos, da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a atualização da Tabela de Taxas Municipais de Arruda dos Vinhos, com base no IPC – Índice de Preços ao Consumidor.

Pontos extra ordem do dia -----**INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

- - De seguida a Presidente da Assembleia Municipal, solicitou autorização, ao plenário, para a inclusão de um ponto extra que se trata do pedido de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, que foi apresentado na reunião de Câmara de hoje. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - Referiu que, para se votar a inclusão do ponto, entende que o Senhor Presidente da Câmara, faça uma breve explicação sobre o ponto e sobre a necessidade urgente da sua inclusão nesta Assembleia Municipal. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA FÁTIMA RABAÇAL -----

- - “Lamento, mas não me estou a sentir muito bem, como é visível na voz, mas eu fui falar consigo e a Senhora podia ter sido clara e podia ter dito que ia fazer a inclusão de mais um ponto, porque se tivesse dito eu já tinha ido embora, sendo assim, eu peço imensa desculpa, mas vou-me embora porque não me estou a sentir bem, eu fui leal e fui honesta, eu vou pedir imensa desculpa a todas as pessoas presentes.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que este ponto esteve presente na reunião de câmara hoje, tem a ver com os dois projetos que se já falou nesta reunião várias vezes, no caso da empreitada nas Corredouras de cerca de meio milhão de euros para dois mil e vinte e seis, e da empreitada de saneamento para A-do-Mourão com encargos plurianuais de cerca de seiscentos e trinta mil euros para dois mil e vinte e seis e cerca de cento e vinte e seis mil para dois mil e vinte e sete. -----
- - Tendo em consideração o atraso na execução das obras, a ideia é haver esta deliberação para as obras poderem avançar, se não houver esta deliberação são dois projetos que irão ficar em causa no que diz respeito ao início das obras. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Dada a explicação do Senhor Presidente, irá se passar a votação sobre a inclusão do ponto na ordem de trabalhos. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

- - Foi deliberado, por maioria, com oito abstenções da bancada do Juntos por Arruda, incluir o ponto na ordem de trabalhos. -----

- - Nos termos do número 2 do art.º 50.º da Lei 75/2021 de 12 de setembro, o ponto foi incluído na ordem de trabalhos, como ponto extra. -----

PONTO 25 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 22 de dezembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que a pertinência do ponto que sem a deliberação no dia de hoje, o início das outras será colocado em causa, por isso solicita essa colaboração de se tomar, hoje, uma deliberação. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO -----

- - “Considero que este tipo de situações deveria de ser anunciada no início da reunião, não no final quando nós já estamos demasiado cansados. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - Senhor Presidente, uma coisa muito simples, este ponto foi decidido hoje na reunião de câmara, e pode explicar resumidamente as intervenções que existiram neste ponto e a votação final? -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente, referiu que na reunião de câmara o ponto tinha sido aprovado por unanimidade. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com oito abstenções da bancada do Juntos por Arruda, autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, que totalizam a quantia de € 1.324.023,43: -----

Designação do procedimento concursal/projeto	GOP	Classificação Económica	Encargo total	Encargos 2025	Encargos plurianuais	
					2026	2027
Empreitada de construção de infraestruturas de circulação peonal e drenagem pluvial na EN 115-4 e ligação ao Parque das Rotas	33.001.2018/32-6	02/07.01.04.01	567 013,29 €	0,00 €	567 013,29 €	0,00 €
Empreitada de prolongamento da rede concelhia de saneamento básico em A-do-Mourão	24.005.2018/19-5	02/07.01.04.02	757 010,14 €	0,00 €	630 841,78 €	126 168,36 €
Total			1 324 023,43 €	0,00 €	1 197 855,07 €	126 168,36 €

Declaração de voto da bancada - Juntos por Arruda -----

- - “O voto de abstenção da bancada do Juntos por Arruda, não representa uma não concordância com os projetos, representa sim a forma como a condução dos trabalhos foi feita relativamente a este ponto, daí nós não podermos votar em consciência um ponto, pelo qual não tivemos qualquer informação prévia sobre o mesmo daí a nossa abstenção.” -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DA DEPUTADA MATILDE PAULINO-----**

- - “A minha nota, vai para a bancada do Juntos por Arruda, porque nós, enquanto deputados, assumimos um compromisso e esse compromisso, a forma e o modo como se dirigem, dentro da casa da democracia, tem que ser tido em conta e em consideração, quer com a Presidente da Assembleia Municipal, quer com o Presidente de Câmara, quer com os vereadores que trabalharam e, a partir desse momento, aquilo que se pede é a continuação do compromisso que aceitaram e tendo a consciência de que vocês ficaram, nós ficámos. -----

- - Termino pedido que, em futuras assembleias municipais, não se repita a forma como se dirigem à Presidente da Assembleia Municipal, pois não é correta nem aceitável em lugar algum. Neste sentido o que peço é o respeito por aqueles que trabalharam e que estão a trabalhar como todos nós.” -----

Documentos para conhecimento-----**Nota Biográfica e registo de interesses dos membros do executivo municipal -----**

- - Presente as referidas notas biográficas. -----

Delegação e subdelegação da Câmara Municipal no Presidente da Câmara, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com redação atual, do artigo 44.º do C.P.A., subsidiariamente aplicável, e de outras leis avulsas-----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 05 de novembro.-----

Delegação e subdelegação de competências no senhor Vereador Paulo César da Silva Pinto -----

- - Presente despacho n.º 8507/2025-----

Delegação e subdelegação de competências na senhora Vereadora Carla Teresa Munhoz Pinheiro -----

- - Presente despacho n.º 8508/2025-----

Delegação e subdelegação de competências no senhor Vereador André Filipe Serreira Agostinho -----

- - Presente despacho n.º 8509/2025-----

Aprovação da minuta da ata -----

- - Nos termos do disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou em minuta todas as deliberações integradas na Ordem do Dia a qual foi assinada por quem a presidiu e secretariou. -----

Encerramento -----

- - Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, era uma hora e dez minutos do dia seguinte, para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa, Maria Cecília

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025

Carvalho Alves Frutuoso Moleiro e pela Coordenadora Técnica, Ana Isabel Amorim
Mendes, que redigiu e subscreveu. -----

